



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 4º BIMESTRE | 2011

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Correia de Oliveira

Fernanda Stiebler

Guilherme Vasconcelos Severino

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Renata Gomes Rimes de Almeida

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 – 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	9
EXECUTIVE SUMMARY	10
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	17
II. Resultados Fiscais	19
II.1 Resultado Orçamentário Total	19
II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA	21
II.3 Resultado Primário	22
III. Receita Estadual	24
III.1 Receitas Correntes	24
III.1.1 Receita Tributária	25
BOX 01 – PORTAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL	27
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	30
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	31
III.1.3 Receita de Transferências	32
III.1.3.1 Transferências da União	33
III.1.4 Demais Receitas Correntes	35
III.2 Receitas de Capital	36
BOX 02 – PANORAMA ECONÔMICO DO ESTADO.....	37
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro.....	39
IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa	39
IV.2 Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS	45
BOX 03 – TRANSPORTE.....	48
BOX 04 – RIOPREVIDÊNCIA.....	51
V. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	54
V.1 Cota Financeira	54
V.2 Pagamento de PD's	55



V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	56
V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	56
V.4.1 Características de Consumo	58
V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	60
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento	60
Requisições de Pequeno Valor – RPV.....	61
Total de Requisições Judiciais de Pagamento	61
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	62
V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios	66
V.9 Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças.....	68

Apresentação

Este é o vigésimo segundo número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro referente ao exercício de 2011. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e do perfil temporal desses gastos.

O Boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 20/09/2011.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, não foram incluídos nas contas do Estado os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, e da Imprensa Oficial do Estado (IO), pois essas empresas são não dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área,

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

Nesta edição do boletim, assim como em todas a partir de 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.



notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

No quarto bimestre de 2011, o Estado do Rio de Janeiro apresentou evolução favorável de suas receitas totais, tendo atingido montante 22,4% acima do observado no ano passado. No acumulado até Agosto, o crescimento foi de 9%. Com isso, as metas de arrecadação foram superadas em 3,7%, no mesmo período. As receitas correntes atingiram patamar 11,1% superior ao observado no período de Janeiro a Agosto de 2010, impulsionadas pelo expressivo crescimento das receitas tributárias (+13,5%), não obstante as receitas de capital tenham sofrido queda de 21%.

Sobre as receitas correntes, os principais destaques foram o bom desempenho da arrecadação do ICMS (+12,9% no quarto bimestre e 14,2% no acumulado); das receitas patrimoniais (+64,9% no bimestre e 16% no acumulado); das transferências (+12,1% no acumulado), sobretudo FPE (+28,4%) e FUNDEB (+10,5%).

O aumento da receita de ICMS no quarto bimestre de 2011 é reflexo do crescimento da arrecadação em certos setores econômicos. Destacam-se os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (+32,3%), Construção Civil (+30,3%), Têxtil e Vestuário (+27,9%) e Produtos Farmacêuticos e Farmacológicos (+17,1%).

A elevação nas receitas de capital, ocorrida no quarto bimestre do ano (+63,1%), não foi suficiente para modificar a tendência observada no acumulado do ano (-21%). Por este motivo, tais receitas prejudicaram os resultados fiscais do Estado. Caso seja desconsiderado tal efeito, o resultado orçamentário obteve aumento de 117,2% e o resultado primário sofreu queda de 26,9%.

Em relação às despesas, nos dois primeiros quadrimestres, a dotação inicial teve um incremento de R\$ 3,62 bilhões com a abertura de créditos adicionais. Com isso, o orçamento total alcança a cifra de R\$ 59,84 bilhões até o mês de agosto. Deste montante adicional, destacam-se as seguintes fontes de recursos: arrecadação própria (FR 10), responsável por 35% dos créditos adicionais (R\$ 1,29 bilhões); recursos não-provenientes de impostos (FR 01), contribuindo com R\$ 957,67 bilhões para o incremento; e convênios de administração direta (FR 12), com R\$ 666 bilhões de abertura de crédito. Essas três fontes de recursos foram responsáveis por 80% dos créditos adicionais.

Com relação à execução orçamentária, já foram empenhados 64,7% e liquidados 58,22% do orçamento total. Tais percentuais são inferiores às taxas vistas neste mesmo período de 2010. Como sinalizado no bimestre passado, foram descontingenciados R\$ 1,18 bilhão no bimestre de JUL-AGO, dando margem para liberação de novos empenhos.

A avaliação dos índices constitucionais e legais ainda é parcial, mas já permite um acompanhamento da evolução ao longo do ano. Nestes quatro bimestres foram aplicados 23,55% em educação e 10,76% em saúde, números respectivamente abaixo da exigência de 25% e 12%. Entretanto, os índices apresentaram considerável aumento em relação ao acumulado até o último bimestre, em que foram aplicados 22,15% em educação e 9,56% em saúde. Esse aumento indica que até o final do exercício o descompasso entre a arrecadação e o dispêndio será equalizado, cumprindo-se os limites estabelecidos.

Por sua vez, a FAPERJ e o FECAM apresentaram 1,86% e 2,27% como índice de aplicação, respectivamente, estando abaixo do estabelecido (2% e 5%). Já os gastos com o FEHIS apresentaram uma queda no seu percentual aplicado frente ao período anterior.

Dando destaque às ações que o Governo do Estado vem realizando para o desenvolvimento dos diversos setores das políticas públicas, foram evidenciadas nos boxes as despesas na área de Transportes e o balanço das receitas e despesas referente ao Fundo Único da Previdência, o RIOPREVIDÊNCIA. No que tange a Transportes, identifica-se um crescimento anual médio de 20% dos investimentos e pode-se contar com um orçamento de R\$ 1,68 bilhão. Estes recursos estão sendo aplicados na expansão das linhas metroviárias que irão ligar a estação de Ipanema à Barra da Tijuca, na implantação de tarifas integradas com o sistema de bilhete único e na melhoria da qualidade do transporte através do Programa Estadual de Transporte. Já no âmbito do RIOPREVIDÊNCIA, a arrecadação de sua receita até Agosto foi de R\$ 6,39 bilhões, sendo esta advinda dos recursos dos *royalties* de petróleo. Estes montantes arrecadados estão acima do apresentado em 2010. Tais acréscimos foram utilizados para custear despesas previdenciárias e administrativas. Essas despesas correspondem a R\$ 6,14 bilhões, sendo decorrentes de pagamentos de pessoal ativo, inativo e pensionistas.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que a metodologia de liberação da Cota Financeira para emissão de Programações de Desembolso vem alcançando progressivamente seu objetivo primordial: planejamento financeiro por parte dos órgãos, compatível com o Fluxo de Caixa do Tesouro.

Até o mês de Agosto, dos R\$ 5,41 bilhões de Cota liberada, 61,34% foram pertinentes à parcela destinada às FR do Tesouro, e 38,66% às Demais Fontes. Verificou-se que 90,73% da parcela Cota Financeira liberada, suportada com recursos do Tesouro, foi adimplida (R\$ 3,01 bilhão).

O Tesouro Estadual, nos meses de Julho e Agosto, foi mais célere em seus pagamentos, praticando o prazo médio de 22 dias para as áreas prioritárias, e 25 dias para as áreas não prioritárias. Essa celeridade pode ser evidenciada se comparada com o prazo exercido no 3º bimestre, de 25 dias para as áreas prioritárias, e 26 dias para as áreas não prioritárias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho nesse 4º bimestre de 2011, obtendo uma rentabilidade média acima de 99,43% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).

No período de Janeiro a Setembro de 2011, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 142 milhões para quitar despesas com serviços públicos essenciais prestados aos órgãos e entidades estaduais.

O SIPC registrou, no 4º bimestre de 2011, a soma de R\$ 141 milhões correspondentes ao faturamento das despesas efetuadas pelos órgãos e entidades com as 17 concessionárias abarcadas pelo Sistema. Do montante faturado, foram adimplidos R\$ 117 milhões, ou seja, 83% do total. Cabe destacar que a diferença entre o valor faturado pelas concessionárias e o valor adimplido (17,41%), deveu-se,

principalmente, à inclusão, no início do ano corrente, do faturamento da CEDAE na sistemática de pagamento por meio do SIPC.

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/ Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são Maio e Novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no quarto bimestre de 2011.

No 4º bimestre de 2011, foram aplicados pelo Tesouro Estadual aproximadamente R\$ 10,65 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado. Ressalte-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009. No tocante ao pagamento de requisições de pequeno valor, foram pagas, no 4º bimestre de 2011, o valor de R\$ 834,63 mil. Assim, somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, nos meses de Julho e Agosto, o montante de R\$ 11,48 milhões.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 654,40 milhões com o serviço da dívida¹, no 4º bimestre de 2011, valor 3,52% superior ao pago no bimestre anterior. Essa variação foi influenciada pelo aumento do serviço da dívida extralimite, que foi 34,77% maior que a do 3º bimestre, visto que ocorreram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa.

No 4º bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 599,32 milhões, resultando, assim, na incorporação de resíduo de R\$ 2,43 milhões pela aplicação do teto de 13% da RLR.

Nos meses de Julho e Agosto deste ano, o estoque² da Dívida Financeira alcançou R\$ 59,20 bilhões, 0,03% menor que o bimestre anterior, explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI³. O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,19% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,89 bilhão, ou seja, 3,76% superior ao 3º bimestre de 2011, em função do impacto da desvalorização do real frente ao dólar⁴.

Foram liberados R\$ 91,48 milhões de receita oriunda de operações de créditos, no 4º bimestre de 2011. Desse montante, R\$ 9,04 milhões foram destinados ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES); R\$ 28,46 milhões, ao Programa de Apoio de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$ 23,25 milhões, ao Programa Saneamento para todos PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$ 26,07⁵ milhões, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II

¹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

² Excluído o valor referente à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL – e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER.

³ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado com o amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 92,78% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram uma queda de 0,56% e de 0,48%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 4º bimestre fechou em -0,18% (IGP-DI de jun/11 e jul/11) e nos últimos 12 meses (de Ago/10 a Jul/11) em 8,36%.

⁴ A cotação do dólar (venda) do dia 31/08/2011 foi de 1,5872; e a do dia 30/06/2011 foi de 1,5611.

⁵ Incluindo a internalização da compra de um trem elétrico no valor de R\$ 16,5 milhões que ocorreu no bimestre anterior, mas foi contabilizado em julho.

(recursos provenientes do Banco Mundial); e R\$ 4,65 milhões, ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J (recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Cabe informar que foram assinados nos meses de Julho e Agosto, os seguintes contratos: (i) operação de crédito, assinada em 29/07/2011, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/ PROCOPA, referente à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho – Maracanã, no valor de R\$ 400 milhões; (ii) operação de crédito externo, firmado no dia 08/08/2011, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no montante de US\$ 112 milhões, referente ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR; e (iii) operação de crédito externo, celebrada no dia 09/08/2011, junto ao Banco Mundial – BIRD, no valor de US\$ 485 milhões, referente ao Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS.

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 4º bimestre de 2011 com 622 Convênios de Despesa e 432 Convênios de Receita vigentes⁶. Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁷; entre os Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁸ – engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 233 convênios, beneficiando 82 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 719,06 milhões. Neste 4º bimestre, foram empenhados aproximadamente R\$ 36,62 milhões, liquidados R\$ 36,38 milhões e pagos R\$ 35,60 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 389 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 138,87 milhões, liquidados R\$ 126,94 milhões e pagos R\$ 131,78 milhões. Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 4º bimestre de 2011, o total de 75 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,53 bilhões⁹. Dessa importância, R\$ 1,53 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 1 bilhão é oriundo do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 4º bimestre de 2011, foram repassados em torno de R\$ 1,14 bilhão. Sendo destinados 75,59% à área de Habitação e cerca de 24,41% à área de Saneamento.

⁶ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa – São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁷ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁸ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁹ Valor original desconsiderando os aditivos.

EXECUTIVE SUMMARY

In the 4th bimester of 2011, the State of Rio de Janeiro presented a favorable outcome of their total revenues, reaching 22.4% above the amount seen in years past. Accumulated until August, the growth was 9%. With this, the fundraising goals were exceeded by 3.7% over the same period. The current income level reached 11.1% higher than in the period from January to August 2010, driven by significant growth of tax revenues (+13.5%), despite capital revenues have been down 21%.

On current revenues, the main highlights were the good revenue performance of VAT (+12.9% in the bimester and 14.2% in the cumulative bimester), capital revenues (+64.9% in the year and 16% in the accumulated), transfers (+12.1% in the accumulated), especially FPE (+28.4%) and FUNDEB (+10.5%).

The increase in GST revenue in the 4th bimester of 2011 reflects the growth of revenue in certain economic sectors. Noteworthy are the sectors of oil, fuel and natural gas (+16.9%), markets, shops and department stores (+25.1%) and construction (+45.6% YTD).

The increase in capital revenue, which occurred in the 4th bimester of the year (+ 63.1%), was not enough to change the trend in the year (-21%). For this reason, such revenues hurt the earnings of the state. If this effect is disregarded, the result obtained budget increase of 117.2% and primary result was down 26.9%.

In relation to expenditure in the first two quadrimesters, the initial budget had increased from R\$ 3.62 billion with the opening of additional credits. Due to this the total budget reached the figure of R\$ 59.84 billion until the month of August. From this additional amount, we highlight the funding sources: own revenues (FR 10), accounting for 35% of additional credits (R\$ 1.29 billion); non-tax resources (FR 01), contributing to R\$ 957.67 billion for the increase, and direct administration conventions (FR 12), R\$ 666 billion of credit. These three funding sources were responsible for 80% of the additional credits.

About the execution, have already been committed 64.7% and executed 58.22% of the total budget. These percentages were lower than those seen in the same period of 2010. As signaled the past two months, were uncontingents R\$ 1.18 billion in the two months of July and August, giving rise to release of new endeavors.

The evaluation of the constitutional and statutory rates is still partial, but it allows monitoring the progress throughout the year. In these four bimesters were applied 23.55% to education and 10.76% to health, respectively numbers below the requirement of 25% and 12%. However, the indices have shown considerable increase in relation to accumulated up to the last two months, in which were applied to education 22.15% and 9.56% to health. This increase indicates that by the end of the year the gap between revenues and spending will equalized, fulfilling the established limits.

FAPERJ and FECAM showed 1.86% and 2.27% as application index, respectively, and are below the established (2% and 5%). Furthermore, spending on FEHIS showed a drop in their applied percentage against the previous period.

Highlighting the actions that the State Government has been doing for the development of various sectors of public policy, were pointed in the box the expenses the State Department of Transportation held and the balance of revenue and expenditure for the Single Social Security Fund, the RIOPREVIDÊNCIA. Regarding the Department of Transportation identifies an average annual growth of 20% of investments and can count on a budget of R\$ 1.68 billion. These resources are being invested in the expansion of subway lines that will connect the station Ipanema to Barra da Tijuca, on the implementation of integrated fare system with single ticket benefit and the improvement in transport quality through the State Transportation Program. In the context of RIOPREVIDÊNCIA, the collection of its revenue in August was up from R\$ 6.392 billion, which is arising out of the resources of oil royalties. These amounts are raised higher than in 2010. These increases were used to fund social security and administrative expenses. This expenses amount to R\$ 6.144 billion, with payments due to staff active, inactive and retired.

With respect to state financial administration, it was found that the method of release Quota for issuing Schedules Financial Disbursement is progressively reaching the primary objective: financial planning by the organs, consistent with the Treasury's cash flow.

Until August, the U.S. \$ 5.41 billion Quota released, 61.34% was pertinent to share that goes to Treasury FR, 38.66% and the other sources. It was found that 90.73% of the share Quota Finance released, supported with funds from the Treasury, was a dimplir (R\$ 3.01 billion).

The State Treasury in the months of July and August, she was quicker on their payments, practicing the average of 22 days for priority areas, and 25 days for non-priority areas. This speed can be detected when compared with the time played in the 3rd quarter, 25 days for priority areas, and 26 for non-priority areas. The funds, in which the State Treasury apply public resources, maintained good performance in the 4th two months of 2011, achieving an average return of 99.43% above the rate of the Interbank Deposit Certificate (CDI – benchmark funds).

From January to September 2011, the State Treasury has disbursed about \$ 142 million to settle charges with essential public services provided to state agencies and entities. The SIPC registered on the 4th two months of 2011, the sum of \$ 141 million of revenue related to expenditures made by agencies and entities with 17 dealers embraced by the system. Of the amount billed, a dimplir were \$ 117 million, or 83% of the total. It should be noted that the difference between the amount billed by a dimplir Dealers and value (17.41%) was due mainly because of the inclusion, at the beginning of this year, in Billing CEDAE systematic payment through the SIPC.

As stated in the payment schedule of the Program Payment / Installment Payment of outstanding commitments Processed – RPP's, provided the payment dates are May and November. Therefore, no payments in 4th bimester of 2011.

In the 4th bimester of 2011 were applied by the State Treasury about \$ 10.65 million for payment of installment agreements of writ, signed by the State Attorney General. It should be noted that these agreements were concluded by the State Attorney General before the enactment of Amendment No. 62, on December 9, 2009. Regarding the requests for payment of small sums were paid in the 4th two months of 2011, the value of \$ 834,630. Thus, in addition to judicial requests and requests for small amounts were disbursed in July and August the amount of \$ 11,480,000.

The State Treasury has disbursed R\$ 654.40 million in debt service in the 4th bimester of 2011, 3.52% higher than the amount paid in the previous two months. This variation was influenced by the increase in debt service extralimite, which was 34.77% higher than the 3rd bimester, since there were the semi-annual payments of external debt contracts.

In the 4th bimester, the total actually paid intralimite debt was R\$ 599.32 million, thus resulting in the incorporation of waste from \$ 2.43 million by the application of the ceiling of 13% of the RLR. In the months of July and August this year, the stock of financial debt totaled R\$ 59.20 billion, 0.03% lower than the previous two months, explained essentially by the readjustment of the stock of domestic debt, adjusted by the IGP-DI. The stock of external debt, which corresponds to 3.19% of total debt, ended two months with a balance of \$ 1.89 billion, or 3.76% higher than 3rd bimester of 2011, depreciation of the real against the dollar.

They were released R\$ 91.48 million revenue from lending operations in the 4th bimester of 2011. Of this amount, R\$ 9.04 million was allocated to the Program Police Legal (funds from the BNDES), R\$ 28.46 million, were for the Support of counterpart funding from the CAP (funds from CAIXA), R\$ 23.25 million, went to the PAC for all Sanitation Program (proceeds from the BOX) U.S. \$ 26.07 million, the State Transportation Program II – II PET (resources from the World Bank) and \$ 4 65 million, for the Support Programme to Strengthen the ERJ Finance Administration (funds from the Inter-American Development Bank).

It reports that were signed in July and August, the following contracts: (i) operating credit, signed on 07.29.2011, Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social – BNDES / Procope, on the Reform and Adjustment Mario Filho Stadium – Maracanã, worth \$ 400 million, (ii) operation of foreign credit, signed on 08.08.2011 with the Inter-American Development Bank – IDB, totaling U.S. \$ 112 million related the National Program of Tourism Development – PRODETUR, and (iii) operation of foreign credit, held on 08.09.2011, with the World Bank – IBRD, valued at U.S. \$ 485 million for the Housing and Development Program Sustainable Urban Underground – PROHDUMS.



The State of Rio de Janeiro ended the 4th bimester of 2011, with 622 and 432 Covenants Covenants Expense Revenue regulations. Agreements between the expenditure, the most important for the state are awarded under the program joining forces, as in the sphere of Covenants Revenue Program for Accelerated Economic Growth – CAP covers investments of greater relevance.

Regarding the Forces Programme addition, there are 233 existing agreements, benefiting 82 municipalities. Under these agreements, until this bimester, the value provided by the State Treasury was approximately R\$ 719.06 million. In this 4th bimester, were committed approximately U.S. \$ 36.62 million, paid U.S. \$ 36.38 million and paid R\$ 35.60 million.

In the other Covenants Expense, 389 agreements were established, including programs in infrastructure, health, education, sports and leisure. In this quarter, were committed about \$ 138.87 million, paid R\$ 126.94 million and paid \$ 131.78 million. With respect to agreements covered by the PAC, the state signed with the Union until the 4th bimester of 2011, total revenue 75 Agreements for the implementation of various infrastructure projects, reaching an investment of approximately \$ 2.53 billion. This importance, R\$ 1.53 billion is the estimated value of transfer of the Union and about \$ 1 billion comes from the State Treasury.

These resources provided by the State Treasury, until the 4th bimester of 2011 were passed around R\$ 1.14 billion. Being 75.59% for the housing area is about 24.41% to the area of sanitation.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

Tabela 1
METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2011

(art 13º da LRF)

R\$ milhões

As receitas e metas bimestrais¹⁰ de arrecadação para 2011 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 374/2011, publicada no mês de Fevereiro.

No quarto bimestre de 2011, as receitas totais realizadas superaram em 7,9% as metas estipuladas de receitas para o período; no acumulado de Janeiro a Agosto, as metas foram superadas em 3,7%. Ambos os resultados positivos são consequência da boa execução das receitas correntes, que ficaram 17,5% acima da meta projetada no bimestre e 9,5% no acumulado.

Entre as receitas correntes, nos dois períodos analisados, a tributária e a patrimonial apresentaram desempenho acima do previsto. A primeira superou a meta em 2,7% no bimestre e em 4,3% no acumulado, o que decorreu do crescimento da arrecadação do ICMS, principal imposto estadual. Já a patrimonial ultrapassou a meta em 81,6% no bimestre e em 46,3% no acumulado, o que é reflexo da arrecadação antecipada dos CFT's, assim como das aplicações financeiras e das receitas provenientes de *Royalties* e Participações Especiais.

As outras receitas correntes ficaram acima do previsto para o bimestre (+5,9%). No entanto, no acumulado, o desempenho ainda está abaixo da meta (-1,9%), devido à frustração da receita de Multas e Juros e de Dívida Ativa.

As receitas de transferências correntes apresentaram desempenho abaixo da meta bimestral e acumulada (–R\$ 54,30 milhões e –R\$ 175,22 milhões, respectivamente), o que está associado à atonia existente em algumas receitas federais.

As receitas de capital ficaram abaixo da meta em R\$ 677,81 milhões no bimestre e R\$ 1.736,59 milhões no

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL-AGO) 2011	RECEITA REALIZADA (JUL-AGO) 2011	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-AGO) 2011	RECEITA REALIZADA (JAN-AGO) 2011	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	7.848,13	9.219,78	117,5%	31.695,83	34.699,13	109,5%
TRIBUT.	4.925,51	5.060,68	102,7%	20.818,69	21.720,83	104,3%
CONTRIB.	194,52	236,16	121,4%	777,02	712,42	91,7%
PATRIM.	1.509,85	2.742,38	181,6%	5.100,49	7.462,42	146,3%
AGROPEC.	0,03	0,01	49,7%	0,11	0,09	80,9%
INDUST.	1,79	0,02	1,0%	7,13	0,17	2,3%
SERV.	50,39	55,81	110,8%	206,43	209,13	101,3%
TRANSF. CORR.	947,89	893,59	94,3%	3.913,52	3.738,30	95,5%
OUTRAS	218,16	231,13	105,9%	872,43	855,77	98,1%
REC. CAPITAL	980,21	302,39	30,9%	2.925,60	1.189,01	40,6%
OPER. CRÉDITO	571,30	98,37	17,2%	1.271,75	176,03	13,8%
ALIEN. BENS	86,50	1,29	1,5%	304,50	253,39	83,2%
AMORT. EMPRÉST.	25,36	31,19	123,0%	95,06	113,37	119,3%
TRANSF. CAP.	297,05	171,55	57,8%	1.254,29	646,21	51,5%
Total	8.828,34	9.522,17	107,9%	34.621,43	35.888,14	103,7%

A receita corrente superou a meta em 17,5% e 9,5% no bimestre e no acumulado respectivamente, com destaque para as receitas tributária (+R\$135,17 milhões) e patrimonial (+R\$1.232 milhões).

¹⁰ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.

acumulado. Esse resultado decorre do atraso na contratação de algumas operações de crédito de maior volume e da frustração da receita de transferências de capital, o que está devidamente explicado na seção III.2 Receitas de Capital.

No período Jan-Ago deste exercício, a despesa total realizada (R\$ 34,88 bilhões), incluindo o pagamento dos Restos a Pagar inscritos em 2010, ficou 0,8% acima da meta estabelecida pelo Cronograma Mensal de Desembolso divulgado em Fevereiro deste ano (Resolução SEFAZ nº 375).

O crescimento das despesas de custeio neste ano, como resultado dos investimentos e programas estratégicos iniciados em exercícios anteriores, nas áreas de Saúde (UPAs), Segurança (UPPs), Educação (Auxílio-Transporte) e Transportes (Bilhete Único) justifica o percentual atingido.

As despesas de pessoal, embora um pouco abaixo da meta estabelecida (97,6%), apresentam tendência de crescimento devido ao avanço da oferta de serviços prestados pelo Governo Estadual, principalmente na área de Segurança, que vem elevando seu quadro visando atender as novas Unidades de Polícia Pacificadora.

Tabela 2
**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-AGO 2011**

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2011**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-AGO 2011***	RP 2010 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-AGO 2011	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	9.336	8.544	567	9.111	97,6%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.878	19.835	871	20.706	104,2%
INVEST /INVERSÕES	2.503	1.878	528	2.406	96,1%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	2.879	2.665		2.665	92,6%
TOTAL	34.596	32.923	1.965	34.888	100,8%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 375

***Fonte: SIG em 20/09/2011

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2010.

II. Resultados Fiscais¹¹

II.1 Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário do quarto bimestre de 2011 totalizou R\$ 696,61 milhões, crescimento de 1.417,6% em relação ao ano anterior, reflexo do aumento das receitas tributária (+R\$ 556,16 milhões) e patrimonial (+R\$ 1.079 milhões). No acumulado de Janeiro a Agosto, o resultado atingiu R\$ 2.178,80 milhões, que implica queda de 14,5% em relação a 2010. O desempenho negativo está relacionado à entrada de receitas atípicas no ano anterior, tais como: a obtenção de operação de crédito externa no montante de R\$ 879 milhões junto ao Banco Mundial (esclarecido na seção III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram acréscimo de 21,8% no bimestre em relação ao ano passado (+R\$ 93,62 milhões). No acumulado a queda foi de 24,0% (-R\$ 560,16 milhões). Este desempenho negativo é reflexo da queda das receitas de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa, que juntas tiveram uma redução de R\$ 611,05 milhões. Contudo, no ano anterior, houve o advento do REFIS estadual que gerou uma receita extraordinária de R\$ 600 milhões. Expurgando esse ganho, as demais receitas correntes cresceram 2,3%.

– Receita de Contribuições: No bimestre houve aumento de R\$ 75,34 milhões. Tal aumento diz respeito à adequação do fluxo de caixa do Tesouro Estadual frente a suas despesas, principalmente quanto às contribuições do servidor Ativo Civil. No acumulado do ano, houve incremento de 13,1%. O acréscimo está concentrado no âmbito dos servidores civis inativos e no Fundo de Saúde Militar.

– Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa: Multas e Juros cresceram no bimestre 20,9% (+R\$ 13,64 milhões). Já a receita de Dívida Ativa caiu no mesmo período 5,8%,

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
I. RECEITA TOTAL (A)	8.037,19	9.841,31	22,4%	33.972,39	37.018,35	9,0%
I.1 RECEITA CORRENTE	7.427,98	9.219,78	24,1%	31.235,05	34.699,13	11,1%
I.1.1 Tributária	4.504,52	5.060,68	12,3%	19.129,45	21.720,83	13,5%
I.1.2 Patrimonial	1.662,60	2.742,38	64,9%	6.432,73	7.462,42	16,0%
I.1.3 Transferências	831,35	893,59	7,5%	3.335,13	3.738,30	12,1%
I.1.4 Demais Correntes	429,51	523,13	21,8%	2.337,74	1.777,58	-24,0%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	185,38	302,39	63,1%	1.505,45	1.189,01	-21,0%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	423,82	319,14	-24,7%	1.231,90	1.130,21	-8,3%
II. DESPESA TOTAL (B)	8.090,06	9.144,70	13,0%	31.425,21	34.839,55	10,9%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.715,19	7.462,02	11,1%	26.967,85	30.270,28	12,2%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.416,45	3.713,89	8,7%	12.670,91	14.313,73	13,0%
II.1.2 Demais Correntes	2.913,93	3.348,68	14,9%	12.767,26	14.324,93	12,2%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	384,80	399,45	3,8%	1.529,69	1.631,61	6,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.023,82	1.335,19	30,4%	3.213,75	3.257,18	1,4%
II.2.1 Invest.	827,77	998,08	20,6%	2.473,96	2.082,73	-15,8%
II.2.1.1 Obras e Instalações	564,13	574,14	1,8%	1.343,28	1.273,55	-5,2%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	9,54	9,56	0,22%	479,35	22,67	-95,3%
II.2.1.3 Demais Investimentos	254,10	414,38	63,1%	651,33	786,51	20,8%
II.2.2 Inv. Financ.	2,51	82,19	3.172,6%	34,76	141,22	306,3%
II.2.3 Amort. Dívida	193,54	254,93	31,7%	705,03	1.033,24	46,6%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	351,05	347,50	-1,0%	1.243,61	1.312,09	5,5%
RES. ORÇAM. (A-B)	-52,87	696,61	1.417,6%	2.547,18	2.178,80	-14,5%

¹¹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em Janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

ficando ligeiramente menor do que nos bimestres anteriores. Contudo, não alterou significativamente o cenário do acumulado, com queda de 59,09% (-R\$ 611,09 milhões). Esses resultados são efeito do REFIS estadual, que permitiu o pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários ou sua compensação com precatórios. O programa, que foi instituído no segundo bimestre de 2010, levou ao aumento da quitação da dívida até 31 de maio de 2010, à vista, com benefícios no recolhimento de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa. Expurgando essa receita anômala, tal rubrica cairia apenas 2,54%.

– Indenizações e Restituições: Apresentou crescimento de 16,2% no bimestre. Contudo, no acumulado, essa rubrica teve uma queda de 9,26 milhões (-8,8%), o que se explica basicamente pela redução das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado. Tal rubrica teve receita elevada nos primeiros meses de 2010 devido à transição de servidores entre regimes, autorizada pela Constituição Federal em 1988.

III.2 Receitas de Capital Tais eventos inflaram a base de comparação para o mesmo período do ano. Adicionalmente, em 2011 houve atraso na liberação de operações de crédito (receitas de capital) já contratadas pelo Estado, o que reforça a distorção comparativa. Expurgando essas receitas atípicas, o Resultado Orçamentário aumentaria em 117,2% no acumulado.

– **Receita Total:** O incremento de R\$ 3.045,96 milhões em comparação ao ano passado (+9,0%) se deu, sobretudo, devido ao aumento da receita tributária (+11,1%), patrimonial (+16,0%) e das transferências (+12,1%), fato que será melhor detalhado na seção III.1.2. No desempenho bimestral, houve aumento de R\$ 1.804,12 milhões por conta do desempenho das receitas correntes (+24,1%) e de capital (+63,1%)

– **Despesa Total:** Apresentou crescimento de 13,0% (+R\$ 1.054,64 milhões) no bimestre e 10,9% (+R\$ 3.414,35) no acumulado em decorrência do aumento nas despesas de

Pessoal e Encargos Sociais, que cresceram 8,7% no bimestre e 13,0% no acumulado, como consequência das políticas de concessão de reajustes salariais adotadas para diversas categorias a partir de Junho de 2010.

As Demais Despesas Correntes tiveram incremento de R\$ 434,75 milhões (+14,9%) no bimestre e R\$ 1.557,68 milhões (+12,2%) no acumulado, refletindo a provisão de recursos para o funcionamento dos serviços do Estado com o aumento das despesas não-discricionárias (detalhes na seção IV.1.1).

Quanto às Despesas de Capital, foi apurada alta de 30,4% em relação ao mesmo bimestre do ano anterior (+R\$ 311,37 milhões), e acréscimo de 1,4% no acumulado (+R\$ 43,44 milhões). Especificamente, o resultado é reflexo da redução de 95,3% na conta de Indenizações e Restituições em função do ressarcimento ao Banco do Brasil referente à operação de cessão de direitos de receitas de Participação Especial do campo de Marlim no valor de R\$ 460,5 milhões, realizada em Novembro de 2009. Quando se expurga esse efeito, o investimento, cujo registro – na tabela 3 – aponta para uma queda de 15,8%, teria um acréscimo de 3,4%; a despesa de capital, por sua vez, teria elevação de 18,3%.

Por outro lado, a despesa de amortização da dívida cresceu R\$ 61,38 milhões no bimestre e R\$ 328,20 milhões no acumulado, representando aumento de 31,7% e 46,6% respectivamente (mais detalhes na seção IV.1).

II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário do quarto bimestre de 2011 atingiu o montante de -R\$ 649,71 milhões, 31,3% menor do que no mesmo período do ano passado. No acumulado, por sua vez, temos o resultado de R\$ 1.391,38 milhões, com queda de 45,9% em relação a 2010. O resultado decorre do fato de que o crescimento da Receita Total (+4,6%) ocorreu em menor dimensão que a elevação da Despesa Total (+9,5%), por conta da

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	6.164,03	6.848,98	11,1%	28.770,53	30.085,94
I.1 RECEITA CORRENTE	5.842,61	6.520,18	11,6%	27.080,75	29.037,91	7,2%
I.1.1 Tributária	4.504,52	5.060,68	12,3%	19.129,45	21.720,83	13,5%
I.1.2 Patrimonial	249,16	282,96	13,6%	2.962,37	2.517,12	-15,0%
I.1.3 Transferências	831,35	893,59	7,5%	3.335,13	3.738,30	12,1%
I.1.4 Demais Correntes	257,57	282,95	9,9%	1.653,81	1.061,66	-35,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	170,43	270,95	59,0%	1.445,01	828,54	-42,7%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	150,98	57,86	-61,7%	244,76	219,48	-10,3%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.658,870	7.498,69	12,6%	26.198,0	28.694,6	9,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.288,10	5.817,99	10,0%	21.752,12	24.130,87	10,9%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.036,52	2.171,13	6,6%	7.529,06	8.392,77	11,5%
II.1.2 Demais Correntes	2.866,78	3.247,41	13,3%	12.693,37	14.106,50	11,1%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	384,80	399,45	3,8%	1.529,69	1.631,61	6,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.019,72	1.333,85	30,8%	3.202,80	3.254,17	1,6%
II.2.1 Invest.	823,67	996,74	21,0%	2.463,01	2.079,72	-15,6%
II.2.1.1 Obras e Instalações	560,08	572,85	2,3%	1.332,69	1.270,66	-4,7%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	9,54	9,56	0,22%	479,35	22,67	-95,3%
II.2.1.3 Demais Investimentos	254,05	414,33	63,1%	650,97	786,38	20,8%
II.2.2 Inv. Financ.	2,51	82,19	3.172,6%	34,76	141,22	306,3%
II.2.3 Amort. Dívida	193,54	254,93	31,7%	705,03	1.033,24	46,6%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	351,05	346,85	-1,2%	1.243,06	1.309,51	5,3%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-494,84	-649,71	-31,3%	2.572,55	1.391,38	-45,9%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.873,16	2.992,33	59,7%	5.201,87	6.932,42	33,3%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.431,19	1.646,01	15,0%	5.227,2	6.145,00	17,6%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	441,97	1.346,32	204,6%	-25,37	787,42	3204,0%

distorção na apuração das receitas atípicas comentada na seção anterior. Expurgando esses efeitos, o Resultado Orçamentário cresceria 25,3% no acumulado do ano.

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no quarto bimestre foi 204,6% maior do que no mesmo período do ano passado. No acumulado a alta foi de 3.204% (+R\$ 812,79 milhões). Isto ocorreu porque a parte mais significativa de suas receitas, oriunda dos *royalties* do petróleo, passou a ser repassada integralmente ao Fundo, o que não ocorreu no primeiro semestre, quando foi usada para pagamento de indenização à União. Adicionalmente, houve a antecipação do fluxo de CFT's, que, em vez de terminar em 2011, irá se encerrar em 2012, e o aumento das receitas provenientes do petróleo (+R\$ 698,92 milhões), expurgando a receita de R\$ 640 milhões do acordo de Marlim (seção III.1.2).

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA cresceu 204,6% no bimestre e 3.204% no acumulado. A melhora deve-se ao aumento das receitas provenientes do Petróleo (+29,1% no bimestre e 16,4% no acumulado, expurgando R\$ 640 milhões de Marlim) e à antecipação do fluxo de CFT's (+77,8%).

II.3 Resultado Primário¹²

O Resultado Primário total (incluindo o RIOPREVIDÊNCIA) alcançou nesse bimestre o montante de R\$ 1.199,27 milhões, saldo superior em 338,5% ao verificado no mesmo período do ano passado. No acumulado, o resultado foi de R\$ 4.143,93 milhões, com alta de 23,2% em 2011. Isso reflete um aumento substancial da receita primária tanto no bimestre (+24,7%) quanto no acumulado (+11,6%), levando-se em conta que no ano anterior ocorreram diversas receitas extraordinárias. Expurgando-as, a receita primária teria crescido 13,7% em 2011.

Já o Resultado Primário do 4º bimestre, descontado o resultado do RIOPREVIDÊNCIA, atingiu o montante de R\$ 168,94 milhões (+29,3%). Contudo, no acumulado o crescimento foi de 4,5% (+R\$ 202,24 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O resultado primário do RIOPREVIDÊNCIA cresceu 621,3% (+R\$ 1.030,33 milhões) no bimestre em

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	RECEITAS TOTAL	8.037,19		9.841,31	22,4%	
RECEITAS FINANCEIRAS	181,24	251,64	38,8%	1.452,97	961,42	-33,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	423,82	319,14	-24,7%	1.231,90	1.130,21	-8,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	7.432,13	9.270,53	24,7%	31.287,53	34.926,72	11,6%
DESPESAS TOTAL	8.090,06	9.144,70	13,0%	31.425,21	34.839,55	10,9%
DESPESAS FINANCEIRAS	580,39	725,94	25,1%	2.258,99	2.744,67	21,5%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	351,05	347,50	-1,0%	1.243,61	1.312,09	5,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.158,62	8.071,26	12,7%	27.922,60	30.782,79	10,2%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	273,51	1.199,27	338,5%	3.364,92	4.143,93	23,2%

¹² O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

comparação ao mesmo período de 2010. No acumulado anual, entretanto, apresenta déficit de R\$ 534,33 milhões (+51,9%). Na execução bimestral, o resultado foi influenciado pelo aumento de 315% (+R\$ 686,86 milhões) na antecipação de CFT's e nas receitas provenientes do Petróleo, especialmente a Participação Especial, que atingiu R\$ 1.264,15 milhões, com crescimento de 31,0% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em relação ao acumulado, espera-se que até o final de 2011 o resultado do RIOPREVIDÊNCIA apresente superávit, pois ainda falta receber parte das receitas de CFT's e também uma parcela da participação especial no valor estimado de mais de R\$ 1,1 bilhão (mais detalhes sobre *royalties* e participação especial na seção III.1.2 Receita Patrimonial e *Royalties*).

A Tabela 7 apresenta o resultado primário sem levar em conta as receitas e despesas intra-orçamentárias. Pelo relatório da LRF, o resultado primário é calculado sem levar em consideração os valores dessas rubricas. Quando se leva em conta todo o estado, a receita intra é muito mais baixa que a despesa intra. Neste caso, gera um resultado primário muito mais alto do que realmente ocorreu. Adicionalmente, o resultado primário do RIOPREVIDÊNCIA fica prejudicado pelo mesmo motivo, mas, neste caso, a receita intra-orçamentária fica muito mais alta do que a despesa. Com essas alterações, o resultado primário do RIOPREVIDÊNCIA foi de R\$ 373,82 milhões em 2011 até Agosto e o primário do estado desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA foi de R\$ 3.588,23 milhões.

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	RECEITAS TOTAL	6.164,03		6.848,98	11,1%	
RECEITAS FINANCEIRAS	154,95	196,28	26,7%	1.353,82	547,82	-59,5%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150,98	57,86	-61,7%	244,76	219,48	-10,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	5.858,10	6.594,84	12,6%	27.171,95	29.318,64	7,9%
DESPESAS TOTAL	6.658,87	7.498,69	12,6%	26.197,98	28.694,56	9,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	580,39	725,94	25,1%	2.258,99	2.744,67	21,5%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	351,05	346,85	-1,2%	1.243,06	1.309,51	5,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	5.727,44	6.425,90	12,2%	22.695,92	24.640,37	8,6%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	130,66	168,94	29,3%	4.476,03	4.678,26	4,5%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	142,84	1.030,33	621,3%	-1.111,10	-534,33	51,9%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	RECEITAS TOTAL	6.164,03		6.848,98	11,1%	
RECEITAS FINANCEIRAS	154,95	196,28	26,7%	1.353,82	547,82	-59,5%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	6.009,08	6.652,70	10,7%	27.416,71	29.538,12	7,7%
DESPESAS TOTAL	6.658,87	7.498,69	12,6%	26.197,98	28.694,56	9,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	580,39	725,94	25,1%	2.258,99	2.744,67	21,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.078,48	6.772,75	11,4%	23.938,98	25.949,89	8,4%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	-69,40	-120,05	-73,0%	3.477,73	3.588,23	3,2%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	415,68	1.290,96	210,6%	-124,52	373,82	400,2%

III. Receita Estadual ¹³

As receitas estaduais totalizaram, no quarto bimestre de 2011, R\$ 9.522,17 milhões – acréscimo de R\$ 1.908,81 milhões em relação ao arrecadado no mesmo período de 2010 (+25,1%). No acumulado até Agosto, este montante foi de R\$ 35.888 milhões, o que representa um crescimento de 9,6% em comparação com o mesmo período do ano passado (+R\$ 3.147,64 milhões).

No caso da execução bimestral, este resultado é reflexo do desempenho da Receita Corrente (+R\$ 1.791,80 milhões), com destaque para as receitas tributária (+556,16 milhões) e patrimonial (+1.079,78 milhões). As receitas de capital cresceram 63,1% no bimestre, contudo no acumulado ainda apresentaram queda de 21,0%. As próximas seções apresentarão mais detalhes sobre as categorias de receita.

III.1 Receitas Correntes

As receitas tributária e patrimonial foram as principais responsáveis por elevar em 24,1% o total das Receitas Correntes¹⁴ em comparação ao mesmo bimestre do ano passado (+R\$ 1.791,80 milhões). O crescimento acumulado equivaleu a um montante de +R\$ 3.464,08 milhões, desempenho superior em 11,1% ao exercício anterior.

Outro componente expressivo das Receitas Correntes cresceu 7,5% na comparação entre os períodos (+R\$ 62,24 milhões). No acumulado cresceu 12,1% (+R\$ 403,17 milhões). Destaque para o bom desempenho do Fundo de Participação dos Estados (FPE), IPI-exp e o retorno do FUNDEB.

As receitas de contribuições e outras correntes cresceram no bimestre e no acumulado 46,8% (+R\$ 75,34 milhões) e 18,5% (+R\$ 36,10 milhões) respectivamente. Quanto ao

Tabela 8

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
TRIBUTÁRIA	4.504,52	5.060,68	12,3%	19.129,45	21.720,83	13,5%
CONTRIBUIÇÕES	160,82	236,16	46,8%	629,69	712,42	13,1%
PATRIMONIAL	1.662,60	2.742,38	64,9%	6.432,73	7.462,42	16,0%
AGROPECUÁRIA	0,04	0,01	-68,6%	0,12	0,09	-23,0%
INDUSTRIAL	0,05	0,02	-64,3%	2,56	0,17	-93,5%
DE SERVIÇOS	73,57	55,81	-24,1%	215,69	209,13	-3,0%
TRANSF. CORR.	831,35	893,59	7,5%	3.335,13	3.738,30	12,1%
OUTRAS CORR.	195,03	231,13	18,5%	1.489,69	855,77	-42,6%
REC. CORR.	7.427,98	9.219,78	24,1%	31.235,05	34.699,13	11,1%
REC. CAPITAL	185,38	302,39	63,1%	1.505,45	1.189,01	-21,0%
Total	7.613,36	9.522,17	25,1%	32.740,50	35.888,14	9,6%

A execução da receita no quarto bimestre de 2011 atingiu o montante de R\$9.522,17 milhões, acréscimo de R\$1.791,80 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

¹³ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁴ Receitas correntes são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Definição explicitada no Glossário Orçamentário do Tesouro Nacional: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp

acumulado, vale ressaltar que o resultado das outras receitas correntes já era esperado, dada a base de comparação inflada em 2010, por conta do REFIS estadual, que, no ano passado, permitiu o pagamento à vista ou parcelado dos débitos tributários em atraso. Neste caso, extraindo-se R\$ 600 milhões em 2010 por conta do programa, a queda seria de apenas 3,81%.

III.1.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no quarto bimestre de 2011 teve crescimento de 12,3% (+R\$ 556,16 milhões) em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$ 5.060,68 milhões. No acumulado até Agosto, houve crescimento de 13,5% (+R\$ 2.591,38 milhões). Estes resultados positivos correspondem, sobretudo, ao incremento de R\$ 454,69 milhões de ICMS (+12,9%), refletindo no desempenho do acumulado, que totalizou crescimento de 14,2% (+R\$ 2.017,82 milhões). Mais detalhes acerca deste tributo serão abordados na próxima seção (

Tabela 9

RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.504,52	5.060,68	12,3%	19.129,45	21.720,83	13,5%
ICMS	3.523,03	3.977,72	12,9%	14.228,20	16.246,01	14,2%
Adicional do ICMS	358,27	400,95	11,9%	1.477,70	1.656,56	12,1%
IRRF	258,41	247,42	-4,3%	892,59	1.013,16	13,5%
IPVA	108,87	111,84	2,7%	1.265,49	1.406,64	11,2%
ITD e ITBI	61,08	82,21	34,6%	293,76	256,75	-12,6%
Taxas	194,87	240,54	23,4%	971,71	1.141,72	17,5%

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico).

– **Imposto de Renda (IRRF):** Crescimento de 13,5% (+ R\$ 120,58 milhões) no acumulado até Agosto, por conta da combinação dos seguintes fatores: maior regularidade dos repasses do RIOPREVIDÊNCIA em 2011, reajustes salariais para as diversas categorias a partir de Junho de 2010, além de aumento do quadro de pessoal.

– **IPVA:** Neste bimestre, alcançou o total de R\$ 111,84 milhões arrecadados, um acréscimo de R\$ 2,97 milhões em relação a 2010. Já no acumulado, houve um crescimento de 11,2% (+R\$ 141,14 milhões). Este resultado é consequência do crescimento da frota de veículos, que, de Janeiro a Junho de 2011, aumentou 8,01% em relação ao mesmo período do ano anterior,

A receita oriunda de tributos arrecadada no quarto bimestre de 2011 teve crescimento de 12,3% em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$5.060,68 milhões. No acumulado até Agosto, houve crescimento de 13,5%.

representando um acréscimo de 350 mil novos veículos¹⁵. Além disso, o índice de inadimplência do imposto está em queda devido aos esforços de fiscalização do Estado, com as Blitz do DETRAN, DETRO e da Lei Seca.

– **ITD:** Com aumento de R\$ 21,13 milhões (34,6%), este imposto teve receita de R\$ 82,21 milhões no bimestre. Entretanto, no acumulado houve uma queda de 12,6% (-R\$ 37,01 milhões). O desempenho do tributo neste bimestre é consequência da elevada base de comparação em 2010, o que já foi mencionado anteriormente. Notadamente, deve-se destacar o advento do Programa de Refinanciamento de Dívidas (REFIS), que estabeleceu descontos de juros e multas para quitação à vista da dívida e regras para a compensação de créditos inscritos em Dívida Ativa com precatórios vencidos. Com isso, vários contribuintes que tinham débito em atraso anteciparam o pagamento em 2010, inflando a receita deste ano, mas esse desequilíbrio vai se reduzindo ao longo do período. Desconsiderando o efeito REFIS, a variação no acumulado foi de +39,9% (+R\$ 71,9 milhões).

– **Taxas:** A receita de taxas cresceu no acumulado 17,5% em relação a 2010, equivalente a acréscimo de R\$ 170,01 milhões. Na análise bimestral, cresceu 23,4% (+R\$ 45,67 milhões) na comparação entre os períodos. A maior parte deste incremento é proveniente da receita das taxas de controle e fiscalização e prestação de serviços de trânsito, ambas do DETRAN, que, somadas, tiveram aumento de R\$ 24,42 milhões no bimestre e R\$ 110,28 milhões no acumulado.

O resultado do IPVA é consequência do crescimento da frota de veículos, que, de Janeiro a Agosto de 2011, aumentou 8,01% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representou um crescimento de 350 mil novos veículos.

A receita de taxas cresceu 17,5% no acumulado, principalmente por conta do aumento das receitas provenientes do DETRAN, que, somadas, tiveram aumento de R\$24,42 milhões no bimestre e R\$110,28 milhões no acumulado.

¹⁵ Fonte: www.denatran.gov.br

BOX 01 – PORTAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Lançado no 2º semestre de 2010, o Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro tem o objetivo de promover o controle social das finanças públicas estaduais e servir de canal para pesquisas acadêmicas, consolidando as informações já disponibilizadas no site da SEFAZ.

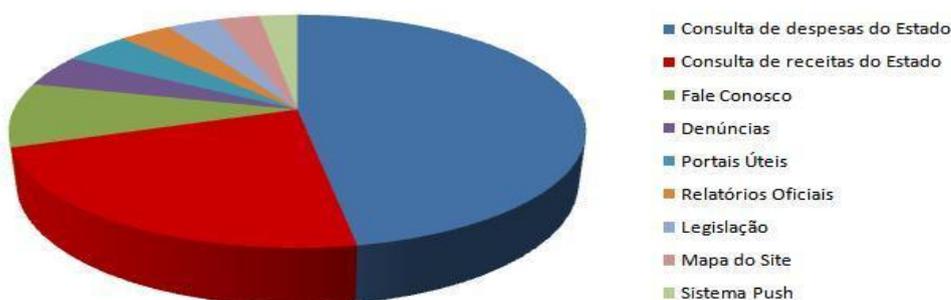
O acompanhamento dos serviços mais acessados é feito periodicamente.

Serviços mais acessados (março – agosto)

Serviços mais acessados	Nº de visualizações
Consulta de despesas do Estado	3085
Consulta de receitas do Estado	1476
Fale Conosco	582
Denúncias	293
Portais Úteis	289
Relatórios Oficiais	228
Legislação	219
Mapa do Site	191
Sistema Push	167

Fonte: relatório gerencial ATI

Visualizações



Disponibilizamos no site uma enquete a fim de saber quais questões os contribuintes julgam mais importantes. Com isso, a meta é não só aumentar a transparência das informações acerca da gestão pública como também permitir que o cidadão fiscalize a utilização dos recursos públicos pelo Governo Estadual.

Entre as informações divulgadas, podemos encontrar dados sobre a execução orçamentária, as transferências para municípios e cada uma de suas fontes de arrecadação, a folha de pagamento do Estado e os processos de licitações, incluindo o pagamento efetivado a cada um dos fornecedores do Estado, identificados no site, um a um, com razão social, CNPJ e endereço comercial.

Semanalmente ou de acordo com a relevância dos assuntos, atualizamos as principais notícias veiculadas sobre as finanças estaduais.

Com o real intuito de ser transparente, atender às demandas sociais e promover o estreitamento da relação com o contribuinte, disponibilizamos no site um espaço específico para denúncias tributárias e administrativas, conforme a intenção do cidadão.

O canal do Fale Conosco foi muito bem recebido pelos contribuintes e a quantidade de dúvidas atendidas atualmente supera as expectativas iniciais do projeto.

VISUALIZAÇÕES DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA (junho - agosto)



País	Nº de visualizações
Brasil	11.015
EUA	34
França	34
Alemanha	6
Espanha	6
Portugal	3
TOTAL	11.098

Fonte: relatório gerencial ATI

VISUALIZAÇÕES DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA (junho - agosto)



Estados	Nº de visualizações
Rio de Janeiro	8.998
São Paulo	812
Minas Gerais	307
Distrito Federal	188
Paraná	150
Santa Catarina	90
Bahia	72
Pará	69
Rio Grande do Sul	59
Espírito Santo	56
Pernambuco	47
Goiás	34
Ceará	21
Mato Grosso	15
Mato Grosso do Sul e Roraima	9
Paraíba, Rondônia e Sergipe	6
Outros	82
TOTAL	11.015

Fonte: relatório gerencial ATI

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os cinco setores produtivos com maior participação no bimestre JUL-AGO de 2011 equivalem a 55,06% do total arrecadado. São eles: Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Telecomunicações; Energia Elétrica; Mercado, Lojas e Magazines; e Metalurgia e Siderúrgica. A seguir, é apresentada uma análise de alguns setores econômicos.

– **Petróleo, Combustíveis e Gás Natural:** Com crescimento de 20,2% (+R\$ 456,09 milhões) em 2011, esse setor tem participação de 16,7% na arrecadação.

Com participação de 44,7% sobre o grupo, a atividade de refino de petróleo cresceu 73,9% no período Jul-Ago em relação ao mesmo período do ano passado. Já as atividades de apoio à extração cresceram 61,7% no bimestre, com participação no setor de 20,7%.

– **Têxtil e Vestuário:** O setor cresceu 27,9% neste bimestre e 32,8% no acumulado até agosto. O comércio varejista de artigos de vestuário e o comércio de calçados cresceram a uma taxa de 18,4% e 32,6% respectivamente. Juntas, essas atividades representam quase 70% de todo ICMS arrecadado nesse setor.

– **Construção Civil:** Engloba obras como casas, edifícios, pontes, barragens, fundações, estradas, aeroportos e outras infraestruturas. A arrecadação vem acompanhando o comportamento econômico nacional e fluminense desse segmento em 2011. Com participação de 3,6% na arrecadação de ICMS, a construção civil cresceu 43,8% (+R\$ 179,88 milhões) no acumulado.

A indústria de cimento, que vem a ser a base de toda cadeia produtiva, com participação de 17,1%, cresceu 19,0% no bimestre.

– **Produtos Farmacêuticos e Farmoquímicos:** A arrecadação referente ao setor avançou 17,1% (+R\$ 22,97 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período do

Tabela 10

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECAÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	part % 2011	var % 11/10	Contrib. para Cresc.
Petróleo, combustíveis e gás natural	17,95%	32,3%	38,3%
Telecomunicações	15,98%	13,3%	16,5%
Energia elétrica	10,33%	2,4%	2,1%
Mercados, lojas e magazines	5,91%	-3,0%	-1,6%
Metalurgia e siderurgia	4,89%	6,6%	2,6%
Têxtil e vestuário	4,36%	27,9%	8,3%
Bebidas	4,29%	-0,9%	-0,4%
Alimentação	4,27%	8,9%	3,1%
Construção civil	3,97%	30,3%	8,1%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	3,96%	17,1%	5,1%
Veículos automotores	3,64%	-6,9%	-2,3%
Química e petroquímica	2,99%	4,2%	1,0%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	2,89%	13,9%	3,1%
Madeira, papel e fumo	2,58%	8,3%	1,7%
Transportes gerais e armazenagem	1,89%	10,8%	1,6%
Outras atividades econômicas	1,80%	41,9%	4,7%
Eletroeletrônicos	1,69%	9,4%	1,3%
Comunicação e informação	1,68%	26,0%	3,0%
Máquinas e equipamentos em geral	1,17%	19,9%	1,7%
Móveis e utensílios	1,05%	18,2%	1,4%
Médico-hospitalar e odontologia	0,83%	9,1%	0,6%
Borracha e plástico	0,81%	-17,3%	-1,5%
Informática e óptico	0,68%	15,0%	0,8%
Editorial, gráfica e publicidade	0,41%	28,1%	0,8%
Total das atividades econômicas	100,0%	12,9%	100,0%

ano passado. O comércio atacadista de medicamentos, com participação de 53,1%, foi a atividade que mais influenciou no resultado com crescimento de 26,0%.

Tabela 11
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2010/2011**
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		part % 2011	var % 10/11	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		part % 2011	var % 11/10
	2010	2011			2010	2011		
	Petróleo, combustíveis e gás natural	539,55			713,80	17,9%		
Telecomunicações	560,91	635,77	16,0%	13,3%	2.149,39	2.513,78	15,5%	17,0%
Energia elétrica	401,11	410,86	10,3%	2,4%	2.015,86	2.120,97	13,1%	5,2%
Mercados, lojas e magazines	242,16	234,92	5,9%	-3,0%	887,12	973,80	6,0%	9,8%
Bebidas	172,08	170,48	4,3%	-0,9%	746,30	802,20	4,9%	7,5%
Metalurgia e siderurgia	182,54	194,58	4,9%	6,6%	665,58	727,17	4,5%	9,3%
Alimentação	155,81	169,69	4,3%	8,9%	640,08	713,69	4,4%	11,5%
Têxtil e vestuário	135,65	173,43	4,4%	27,9%	503,75	669,21	4,1%	32,8%
Veículos automotores	155,35	144,68	3,6%	-6,9%	582,92	634,91	3,9%	8,9%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	134,54	157,51	4,0%	17,1%	514,82	605,09	3,7%	17,5%
Construção civil	121,02	157,73	4,0%	30,3%	410,35	590,23	3,6%	43,8%
Química e petroquímica	114,00	118,76	3,0%	4,2%	471,25	469,11	2,9%	-0,5%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	101,04	115,04	2,9%	13,9%	386,07	441,33	2,7%	14,3%
Madeira, papel e fumo	94,66	102,54	2,6%	8,3%	393,30	436,19	2,7%	10,91%
Transportes gerais e armazenagem	67,83	75,15	1,9%	10,8%	348,48	309,17	1,9%	-11,3%
Eletroeletrônicos	61,34	67,09	1,7%	9,4%	261,10	296,79	1,8%	13,7%
Comunicação e informação	53,06	66,87	1,7%	26,0%	189,37	249,59	1,5%	31,8%
Outras atividades econômicas	50,55	71,74	1,8%	41,9%	139,53	242,68	1,5%	73,9%
Máquinas e equipamentos em geral	38,83	46,55	1,2%	19,9%	141,74	177,44	1,1%	25,2%
Móveis e utensílios	35,19	41,61	1,0%	18,2%	115,76	157,86	1,0%	36,4%
Borracha e plástico	39,20	32,41	0,8%	-17,3%	138,66	120,27	0,7%	-13,3%
Médico-hospitalar e odontologia	30,27	33,03	0,8%	9,1%	116,82	117,78	0,7%	0,8%
Informática e óptico	23,45	26,98	0,7%	15,0%	90,36	101,35	0,6%	12,2%
Editorial, gráfica e publicidade	12,87	16,49	0,4%	28,1%	66,47	66,19	0,4%	-0,4%
Total das atividades econômicas	3.523,03	3.977,72	100,0%	12,9%	14.228,20	16.246,01	100,0%	14,2%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial arrecadada no bimestre atingiu a marca de R\$ 2.742,38 milhões, que implica crescimento de 64,9% (+R\$ 1.079,78 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior. A alta é explicada pelo aumento das receitas provenientes do petróleo (+R\$ 380,82 milhões) e das receitas de CFT (+R\$ 686,86 milhões). No acumulado houve aumento de 16,0% (+R\$ 1.029,69 milhões) nas receitas patrimoniais. Vale ressaltar que no ano de 2010 a base se encontra inflada pelo aumento de R\$ 640,5 milhões decorrentes do acerto do campo de Marlim. Desconsiderando esse valor, a receita patrimonial cresceu 28,8%.

A Receita Patrimonial cresceu 16,0% no ano até Agosto, sobretudo pelo aumento das receitas de CFT (+77,8%). Vale ressaltar que no ano de 2010 houve recebimento extraordinário do acerto do campo de Marlim. Desconsiderando esse valor, a receita patrimonial cresceu 28,8%.

– **Petróleo:** As receitas de petróleo tiveram alta de R\$ 380,82 milhões (+29,1%) no bimestre, consequência do aumento de R\$ 299,05 milhões na receita de Participação Especial. No acumulado essa rubrica apresenta crescimento de apenas de 1,2% (+R\$ 58,44 milhões). Todavia, como já dito, a base de 2010 está inflada. Expurgando Marlim, a receita cresceu 16,4%.

– **Royalties:** Sobre os *Royalties*, verifica-se crescimento de 23,8% (+R\$ 81,62 milhões) no bimestre e 15,4% (+R\$ 212,10 milhões) de Janeiro a Agosto. Este resultado é reflexo do aumento do preço do barril em 37,1% na comparação entre os anos, o que acabou por compensar a redução da taxa de câmbio (-7,46%) e da produção (-5,70%).

– **Participação Especial:** Apresentou crescimento de 31,0% no bimestre. No acumulado a receita se reduziu em 4,4% (-R\$ 154,08 milhões). Desconsiderando Marlim, houve crescimento de 16,9% (+R\$ 486,40 milhões).

– **CFT:** Nos primeiros oito meses de 2011, o crescimento foi de 77,8% (+R\$ 852,84 milhões). O fluxo de receita dos CFT foi programado para ser decrescente, encerrando-se em 2014. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando-se grande parte da receita para 2011, com seu fim já em 2012. Desta forma, a receita a ser verificada em 2011 será maior que a de 2010.

– **Receitas Financeiras:** Registraram aumento de 5,0% (+R\$ 5,80 milhões) no bimestre. No acumulado essa rubrica apresenta crescimento de 20,9% (+R\$ 72,27 milhões). A taxa SELIC, desde o início do ano, subiu 16,28%, passando de 10,75% para 12,50% ao ano.

III.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado no bimestre teve acréscimo de R\$ 62,24 milhões (+7,5%) em relação ao mesmo período de 2010. No acumulado o aumento foi de 12,1% (+R\$ 403,17 milhões). As transferências da União e as receitas do FUNDEB foram os principais itens que contribuíram para o

Tabela 12
RECEITA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA PATRIMONIAL	1.662,60	2.742,38	64,9%	6.432,73	7.462,42	16,0%
Petróleo	1.309,14	1.689,95	29,1%	4.906,05	4.964,49	1,2%
Royalties	343,62	425,24	23,8%	1.378,55	1.590,65	15,4%
Part. Especial	965,10	1.264,15	31,0%	3.525,87	3.371,79	-4,4%
FEP	0,42	0,56	35,3%	1,63	2,04	25,6%
CFT's	218,06	904,92	315,0%	1.096,88	1.949,73	77,8%
Aplic. Financeiras	114,99	120,79	5,0%	346,35	418,62	20,9%
Demais Rec. Patrimoniais	20,41	26,72	30,9%	83,45	129,58	55,3%

Tabela 13

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV-JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
Produção (milhões de bbl)	100,22	92,59	-7,6%	400,07	377,30	-5,7%
Brent (US\$/bbl)	75,35	114,41	51,8%	76,92	105,46	37,1%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,81	1,60	-11,5%	1,78	1,65	-7,46%

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	831,35	893,59	7,5%	3.335,13	3.738,30	12,1%
Transf da União	469,13	493,30	5,2%	1.720,18	2.031,20	18,1%
FPE	110,45	139,10	25,9%	481,55	618,22	28,4%
IPI exp	101,12	120,75	19,4%	360,64	488,97	35,6%
IOF	0,00	0,00	-52,4%	0,02	0,02	44,2%
CIDE	19,81	28,67	44,7%	66,02	77,23	17,0%
SUS	79,28	110,06	38,8%	404,92	411,32	1,6%
Salário Educação	47,62	55,59	16,7%	200,50	234,77	17,1%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	57,18	57,18	0,0%
Demais Transf. da União	96,55	24,83	-74,3%	149,35	143,48	-3,9%
FUNDEB	332,02	377,17	13,6%	1.463,54	1.617,35	10,5%
Convênios	28,91	23,21	-19,7%	149,07	79,27	-46,8%
Outras Transf. Corr.	1,30	-0,09	-106,8%	2,34	10,47	348,0%

resultado positivo neste ano. Já as receitas de convênios tiveram queda de R\$ 69,80 milhões (-46,8%), mas essa rubrica representa apenas 2,12% do total das transferências.

III.1.3.1. Transferências da União

Representaram, no acumulado de 2011, 54,33% do total e somaram R\$ 3.738 milhões. Os repasses de FPE, IPI-exp, SUS e Salário Educação foram os principais repasses feitos pela União nesse bimestre representando 86,32% do total. Isso também se reflete no bimestre.

– **FPE:** Com crescimento de 25,9%, essa rubrica alcançou no bimestre R\$ 139,10 milhões de reais. No acumulado o crescimento foi de 28,4%, atingindo o patamar de R\$ 618,22 milhões. Com o crescimento das receitas da União, os repasses feitos nesta rubrica também crescem. O IR e o IPI, que são as receitas que compõem o fundo, aumentaram 22,3% e 24,3%, respectivamente, em relação a 2010¹⁶.

– **IPI-EXP:** Apresentou acréscimo até Agosto de 35,6% (+R\$ 128,33 milhões). No bimestre, aumentou 19,4% (+R\$ 19,63 milhões), em decorrência do bom desempenho da economia nacional, do crescimento da arrecadação federal, citado acima, e do aumento em relação ao ano anterior do coeficiente de participação do Rio de Janeiro nas exportações (+12,46%). Também contribuiu para tal acréscimo a desoneração deste tributo para produtos como: automóvel (carros flex) e motocicleta (até Março/2010); caminhões, construção civil e bens de capital (até Junho/2010) e a linha branca até final de Janeiro de 2010 (fonte: Ministério da Fazenda – RFB).

– **TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS:** A queda das receitas de transferências de convênios para o SUS foi a rubrica que mais influenciou no resultado. No bimestre temos uma queda de 19,7% (-R\$ 5,69 milhões). No acumulado a redução foi de R\$ 69,80 milhões, o que

O crescimento do IPI-exp até Agosto foi 35,6% (+R\$128,33 milhões). No bimestre, aumentou 19,4% (+R\$ 19,63 milhões), fruto do bom desempenho da economia nacional, do aumento da arrecadação federal e do aumento do coeficiente do Rio de Janeiro nas exportações.

¹⁶ Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br>

representa uma queda de 46,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso se deve à adoção da Gestão Plena¹⁷ de recursos do SUS repassados aos municípios, o que resultou numa queda de receitas de convênios. A expectativa é de que as receitas de transferências de convênios continuem sendo menores ao longo de 2011, quando comparadas a 2010.

– **SALÁRIO-EDUCAÇÃO:** Com R\$ 55,59 milhões e R\$ 234,77 milhões arrecadados, esta receita teve crescimento de 16,7% e 17,1%, no bimestre e no acumulado respectivamente, em relação ao ano passado. Os recursos do salário-educação vêm da contribuição social das empresas públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com alíquota de 2,5%. O valor é arrecadado mensalmente pela Receita Federal, que o transfere ao FNDE, responsável pela distribuição entre estados e municípios. Apesar da queda de 1,06% do coeficiente de participação do Estado, o aquecimento da economia brasileira aumentou em 2,21%¹⁹ o número de empregados registrados até Agosto de 2011, o que se refletiu na folha de pagamento das empresas e no volume de recursos recolhido. Houve também aumento de 10,69% no rendimento médio nominal do trabalho principal com relação ao mesmo período do ano anterior.

– **FUNDEB:** As receitas deste fundo equivaleram no acumulado a 43,26% do total de transferências. O total arrecadado no bimestre foi de R\$ 377,17 milhões, o que implica um acréscimo de 13,6% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$ 45,14 milhões). A tendência de crescimento ocorreu também no acumulado, cujo acréscimo foi de 10,5% (+R\$ 153,81 milhões). Adicionalmente, houve a diminuição de 1,86% no coeficiente de retorno do FUNDEB¹⁸ ao Estado entre 2010

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB (-1,86%), estas transferências tiveram incremento de 10,5% no acumulado do ano, como resultado do aumento nas Receitas Tributárias.

¹⁸ Na verdade, a maior parte desses recursos apenas transitava pelo Estado com destino aos municípios.

¹⁹ Pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas com carteira de trabalho assinada, no trabalho principal da semana de referência, por regiões metropolitanas (inclusive trabalhos domésticos) – IBGE.

¹⁸ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,395999089041 em 2010 para 0,38863487778 em 2011 (-1,86%). Dados disponíveis no site: www.fnnde.gov.br

e 2011. No entanto, essa redução foi compensada pelo bom desempenho da arrecadação estadual.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram acréscimo de 21,8% no bimestre em relação ao ano passado (+R\$ 93,62 milhões). No acumulado a queda foi de 24,0% (-R\$ 560,16 milhões). Este desempenho negativo é reflexo da queda das receitas de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa, que juntas tiveram uma redução de R\$ 611,05 milhões. Contudo, no ano anterior, houve o advento do REFIS estadual que gerou uma receita extraordinária de R\$ 600 milhões. Expurgando esse ganho, as demais receitas correntes cresceram 2,3%.

– **Receita de Contribuições:** No bimestre houve aumento de R\$ 75,34 milhões. Tal aumento diz respeito à adequação do fluxo de caixa do Tesouro Estadual frente a suas despesas, principalmente quanto às contribuições do servidor Ativo Civil. No acumulado do ano, houve incremento de 13,1%. O acréscimo está concentrado no âmbito dos servidores civis inativos e no Fundo de Saúde Militar.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** Multas e Juros cresceram no bimestre 20,9% (+R\$ 13,64 milhões). Já a receita de Dívida Ativa caiu no mesmo período 5,8%, ficando ligeiramente menor do que nos bimestres anteriores. Contudo, não alterou significativamente o cenário do acumulado, com queda de 59,09% (-R\$ 611,09 milhões). Esses resultados são efeito do REFIS estadual, que permitiu o pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários ou sua compensação com precatórios. O programa, que foi instituído no segundo bimestre de 2010, levou ao aumento da quitação da dívida até 31 de maio de 2010, à vista, com benefícios no recolhimento de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa. Expurgando essa receita anômala, tal rubrica cairia apenas 2,54%.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentou crescimento de 16,2% no bimestre. Contudo, no acumulado, essa

Tabela 15

DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	429,51	523,13	21,8%	2.337,74	1.777,58	-24,0%
Receita de Contribuições	160,82	236,16	46,8%	629,69	712,42	13,1%
Receita Agropecuária	0,04	0,01	-68,6%	0,12	0,09	-23,0%
Receita Industrial	0,05	0,02	-64,3%	2,56	0,17	-93,5%
Receita de Serviços	73,57	55,81	-24,1%	215,69	209,13	-3,0%
Multas e Juros de Mora	65,39	79,03	20,9%	526,52	287,61	-45,4%
Indenizações e Restituições	22,96	26,68	16,2%	105,58	96,32	-8,8%
Dívida Ativa	38,22	35,99	-5,8%	507,61	135,47	-73,3%
Receitas Diversas	68,46	89,44	30,6%	349,97	336,36	-3,9%

Por conta do REFIS do ano passado, as receitas de Multas e Juros e Dívida Ativa apresentaram no acumulado decréscimo de 59,09% (-R\$611,09 milhões). Contudo, se retirarmos da base os R\$600 milhões arrecadados com esse programa, a queda seria de apenas 2,54%.

rubrica teve uma queda de 9,26 milhões (-8,8%), o que se explica basicamente pela redução das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado. Tal rubrica teve receita elevada nos primeiros meses de 2010 devido à transição de servidores entre regimes, autorizada pela Constituição Federal em 1988.

III.2 Receitas de Capital

As receitas de capital – aquelas que alteram o patrimônio duradouro do estado – tiveram queda de R\$ 316,43 milhões em relação ao ano pretérito. Mesmo com o efeito do incremento nas receitas de Alienação de Bens e Transferências de Capital, as Operações de Crédito foram o grande motivador na queda das Receitas de Capital, pois seu desempenho foi inferior em 81,7% em relação ao acumulado até Agosto do exercício anterior.

As operações de crédito caíram R\$ 787,81 milhões (-81,7%) no ano. O resultado superior em 2010 nas operações de crédito deve-se ao empréstimo obtido junto ao Banco Mundial. Esses recursos foram contraídos através do Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro. A queda nessa rubrica no exercício corrente explica-se pelo fato de que as principais operações de crédito do ano sofreram atrasos em função de burocracias da STN, sendo transferidas para o final do mês de Agosto. No bimestre, por sua vez, identificamos o crescimento de R\$ 96,05 milhões em relação ao mesmo período de 2010.

As transferências de capital apresentaram no acumulado um desempenho superior em 62,0% (+R\$ 247,39 milhões) ao do mesmo período no ano passado. Na comparação bimestral, ocorreu um acréscimo de R\$ 52,41 milhões (+44,0%). Isso se deu principalmente pelo convênio com a União destinado a obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

A receita da rubrica “Alienação de Bens” teve redução de R\$ 37,54 milhões no bimestre. No acumulado, entretanto,

Tabela 16

RECETA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECETAS DE CAPITAL	185,38	302,39	63,1%	1.505,45	1.189,01	-21,0%
Operações de Crédito	2,32	98,37	4.138,3%	963,74	176,03	-81,7%
Alienação de Bens	38,83	1,29	-96,7%	39,63	253,39	539,3%
Amortiz. de Empréstimos	25,09	31,19	24,3%	103,24	113,37	9,8%
Transf. de Capital	119,14	171,55	44,0%	398,83	646,21	62,0%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00%

As transferências de capital apresentaram desempenho favorável tanto no bimestre quanto no acumulado por conta do convênio do Estado com a União destinado a obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

apresentou crescimento de 539,3% (+R\$ 213,76 milhões). O grande aumento no acumulado deveu-se à venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA. No bimestre não houve alienação, o que explica o desempenho menor.

BOX 02 – PANORAMA ECONÔMICO DO ESTADO.

A Indústria Geral Fluminense teve variação mensal positiva no mês de Julho (+5,2%), e tal crescimento foi alavancado pela Indústria de Transformação (+6,8%). Apesar do alto crescimento, a variação acumulada nos últimos 12 meses foi decrescente (-2,2%), em função sobretudo da queda da Indústria Extrativa (-10,1%). É importante observar que o setor secundário teve uma queda forte no mês de Junho (-7,1%), o que explica essa variação. A produção da Indústria Geral Nacional também teve variação mensal positiva no mês de Julho (+2,9%), sendo esse aumento consequência do crescimento tanto da Indústria de Transformação (+2,9%), quanto da Indústria Extrativa (+3,0%).

Quanto à atividade no comércio, as vendas do varejo tiveram no mês de Julho variação crescente (+12,5%), acumulada nos últimos 12 meses. Esse indicador considera a receita nominal do setor, sendo necessário apontar que, para o período de Agosto de 2010 a Julho de 2011, a inflação estadual foi de 6,8%. De acordo com o IPC-DI Brasil, a inflação no mesmo período foi de 6,6%.

O nível de atividade também pode ser medido pela população economicamente ativa (PEA). Este indicador no Brasil cresceu +1,2% no quarto bimestre de 2011 em relação ao mesmo bimestre do ano anterior; para este mesmo período, a PEA do Rio de Janeiro aumentou +1,0%.

Avaliando-se o quadro do emprego informal no Rio de Janeiro, no quarto bimestre de 2011 o número de empregados sem carteira assinada era 10,6% menor do que no quarto bimestre de 2010, mantendo a trajetória decrescente desde Setembro de 2010.

PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE

PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		jul/11	ago/11	jul/11	ago/11
Produção na Indústria Geral (1) (9)	BR	2,9%	-	-0,3%	-
	ERJ	5,2%	-	-2,2%	-
Produção na Indústria Extrativa (1) (9)	BR	3,0%	-	1,0%	-
	ERJ	-1,8%	-	-10,1%	-
Produção na Indústria de Transformação (1) (9)	BR	2,9%	-	-0,3%	-
	ERJ	6,8%	-	-0,3%	-
Vendas no Varejo (2) (9)	BR	3,7%	-	12,5%	-
	ERJ	3,2%	-	11,1%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		jul/11	ago/11	jul/11	ago/11
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,0%	0,4%	6,6%	7,1%
	ERJ	-0,1%	0,4%	6,8%	7,2%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		jul/11	ago/11	jul/11	ago/11
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	0,2%	0,6%	1,1%	1,4%
	ERJ	0,0%	2,3%	0,5%	1,6%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	0,5%	-	3,3%	-
	ERJ	4,1%	-	7,0%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	-1,3%	-0,8%	-6,0%	-7,1%
	ERJ	-4,4%	1,7%	-11,6%	-9,6%
Empregado com carteira (7)	BR	0,7%	1,1%	6,5%	7,0%
	ERJ	1,5%	1,0%	6,9%	7,7%
DESEMPREGO		jul/11	ago/11	jul/10	ago/10
Taxa de Desocupação (8)	BR	6,0	6,0	6,9	6,7
	ERJ	5,0	5,1	5,4	5,7

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de agosto de 2011. PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa

O orçamento do Estado do Rio de Janeiro previsto para 2011 pela Lei Orçamentária Anual (Lei n.º 5.858/2011), totaliza R\$ 56,21 bilhões. Contudo, por conta dos créditos adicionais incorporados ao orçamento ao longo do exercício, já atinge R\$ 59,84 bilhões. A Tabela 17 resume todas essas alterações orçamentárias, ocorridas ao longo dos dois primeiros quadrimestres de 2011.

Segundo a Lei n.º 4320, que “Institui Normas Gerais de Direito Financeiro”, os créditos adicionais são “autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”. Os recursos que possibilitam a abertura desses créditos podem ser provenientes de excesso de arrecadação, de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, do produto de operações de crédito autorizadas e de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

A tabela 17 demonstra que, em sua maioria, os recursos para abertura de créditos adicionais, no caso do Estado do Rio de Janeiro, são decorrentes de excesso de arrecadação e superávit financeiro.

No caso do excesso de arrecadação, o maior incremento ocorreu na FR 01 (Ordinários não provenientes de impostos) por conta da incorporação ao orçamento da receita proveniente da venda do BERJ. Além disso, a revisão da receita de *royalties* e participações especiais apresentou um bom comportamento, o que possibilitou a abertura de créditos por conta do excesso de arrecadação na FR 04. No âmbito da arrecadação própria de cada órgão (FR 10), destaca-se o excesso de arrecadação obtido pelo DETRAN (R\$ 109,15 milhões).

Com relação às alterações orçamentárias decorrentes de créditos suplementares suportados por superávits financeiros, estes, em sua maioria, são oriundos de

Como resultado das alterações orçamentárias, decorrentes de excessos de arrecadação, superávits e novas operações de crédito, o orçamento previsto para 2011 já alcança R\$ 59,84 bilhões.



arrecadação própria, FR 10 (+R\$ 1,094 bilhão). Destaca-se o superávit financeiro incorporado pelo RIOPREVIDÊNCIA (R\$ 505,27 milhões), pelo Fundo Especial do Tribunal de Justiça (R\$ 268,07 milhões), pelo Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF (R\$ 68,66 milhões).

Tabela 17

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS JAN- AGO 2011					
FR	TÍTULO DA FR	LOA 2011	DOTAÇÃO ATUAL 2011	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	JUSTIFICATIVAS
01	NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS	430.939.829	1.388.634.393	957.694.564	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R\$ 896.694.564/ SUPERVÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010: R\$61.000.000
04	ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS	2.176.164.619	2.220.643.446	44.478.827	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
05	SALÁRIO EDUCAÇÃO	347.872.035	352.465.831	4.593.796	SUPERVÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010
10	ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	10.630.936.313	11.928.013.252	1.297.076.939	SUPERVÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010: R\$1.094.702.814 / EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:R\$202.374.125
11	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.426.159.000	2.844.725.572	418.566.572	NOVAS OPERAÇÕES: R\$292.543.667 / SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010: R\$126.022.904
12	CONVÊNIOS ADM. DIRETA	554.135.199	1.220.797.002	666.661.803	NOVOS CONVÊNIOS: R\$557.380.779 / SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010: R\$109.276.961
13	CONVÊNIOS ADM. INDIRETA	367.867.260	418.455.477	50.588.217	SUPERVÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010
15	FUNDEB	2.482.630.286	2.495.882.355	13.252.069	SUPERVÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010
16	CONVÊNIOS PAC ADM. DIRETA	439.701.344	491.242.051	51.540.707	NOVOS CONVÊNIOS
18	CONVÊNIOS INTRA ADM. DIRETA	275.085.182	344.223.928	69.138.746	NOVOS CONVÊNIOS: R\$54.247.432/ SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010: R\$14.891.314
19	CONVÊNIOS INTRA ADM. INDIRETA	51.564.122	61.840.084	10.275.962	SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010: R\$9.419.402/NOVOS CONVÊNIOS:R\$856.560
25	SUS	907.837.152	909.138.388	1.301.236	SUPERVÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010
98	OUTRAS RECEITAS ADM. DIRETA	18.868.343	17.293.114	(1.575.229)	CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
99	OUTRAS RECEITAS ADM. INDIRETA	293.566.250	337.709.071	44.142.821	SUPERVÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010
	DEMAIS FONTES SEM ALTERAÇÃO	34.810.298.498	34.810.298.498	-	
	TOTAL	56.213.625.432	59.841.362.461	3.627.737.029	

Além disso, destaca-se a abertura de R\$ 557,38 milhões em créditos adicionais provenientes da incorporação de novos convênios ao orçamento. Esses créditos adicionais foram, em sua maioria, alocados na Secretaria de Obras, para o programa Somando Forças (R\$ 245,00 milhões), para a Recuperação da Região Serrana (R\$ 118,00 milhões) e para o Contorno de Volta Redonda (R\$ 20,00 milhões). Nos outros órgãos do Estado, parte dos novos convênios foi destinada à Secretaria de Estado de Educação (R\$ 41,78 milhões) para a Reconstrução e

Reforma de Unidades Educacionais (R\$ 18,11 milhões) e para o Programa Especial de Recuperação da Rede Física (R\$ 23,67 milhões).

As alterações orçamentárias, realizadas até Agosto de 2011, incluem ainda novas operações de crédito, que totalizam R\$ 292,54 milhões. Destes, R\$ 242,97 milhões referem-se a um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal para financiar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Outros R\$ 31,57 milhões foram destinados à Secretaria de Agricultura e são decorrentes de operações de crédito com o BIRD para dar continuidade ao financiamento do Programa Rio Rural.

Após todas essas mudanças, o orçamento atual do Estado atinge o montante de R\$ 59,84 bilhões. Deste montante 64,7% já foram empenhados (R\$ 38,71 bilhões) e 58,22% liquidados (R\$ 34,83 bilhões). A tabela 18 demonstra as despesas disponíveis e a execução das mesmas por Poder, no período de Janeiro a Agosto de 2010 e 2011.

Tabela 18
EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-AGO 2010 / JAN-AGO 2011

R\$ Milhões

PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL JAN- AGO	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 3º TRIM*	EMP. JAN-AGO	LIQ. JAN-AGO
2010	DESPESA SEM INTRA	41.562	45.200		45.200		29.931	27.621
	DESPESA INTRA	1.586	1.627		1.627		1.054	1.027
	DESPESA TOTAL	43.148	46.827		46.827	39.569	30.984	28.649
2011	DESPESA SEM INTRA	49.826	53.109	128	52.980		33.683	30.717
	DESPESA INTRA	1.771	1.838		1.838		1.164	1.121
	DESPESA TOTAL	51.597	54.947	128	54.818	51.769	34.847	31.837
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL JAN- AGO	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 3º TRIM**	EMP. JAN-AGO	LIQ. JAN-AGO
2010	DESPESA SEM INTRA	3.985	4.256		4.256		3.208	2.560
	DESPESA INTRA	271	357		357		294	216
	DESPESA TOTAL	4.256	4.613		4.613		3.502	2.776
2011	DESPESA SEM INTRA	4.268	4.558		4.558		3.631	2.811
	DESPESA INTRA	349	336		336		234	191
	DESPESA TOTAL	4.617	4.895		4.895		3.866	3.002

Posição SIG/SIAFEM: 20/09/2011

* EM 2010 A COTA ORÇAMENTÁRIA ERA LIBERADA POR QUADRIMESTRE A PARTIR DE 2011 PASSA A SER LIBERADA POR TRIMESTRE

** PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

No bimestre JUL-AGO, ocorreu um descontingenciamento de R\$ 1,18 bilhão em decorrência do bom comportamento da arrecadação e da venda de ativos ao Bradesco, possibilitando a liberação de recursos do orçamento para empenho.

No âmbito do Poder Executivo, do orçamento total disponível até Agosto de 2011 (R\$ 54,81 bilhões), 63,57% já foram empenhados e 58,08% liquidados, em um ritmo de execução orçamentária inferior ao do mesmo período de 2010, quando estes percentuais foram de 66,17% e 61,18% respectivamente. Tal redução pode ser explicada pela liberação de dotações para empenho somente durante o bimestre JUL-AGO, cuja execução terá reflexos também nos próximos meses.

Nos outros Poderes, o volume de empenhamento se apresenta superior ao do Poder Executivo. Até Agosto de 2011 foram empenhados 78,98% do total disponível, o que se justifica pela emissão de empenhos globais, especificados na última versão deste boletim.

O detalhamento das despesas liquidadas no período Jan-Ago de 2010 e 2011, por categoria econômica e grupo de despesa, pode ser observado na tabela 19. Se comparados os dois primeiros quadrimestres de 2010 com o mesmo período de 2011, o maior incremento em termos percentuais está em inversões financeiras: 306,31% (+R\$ 106,48 milhões) em decorrência do aporte de recursos para o aumento de capital social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – InvestRio (R\$ 68 milhões).

No que tange à despesa de custeio, no Poder Executivo, a liquidação até Agosto de 2011 foi superior em R\$ 708,32 milhões (+17,80%) à realizada no mesmo período de 2010. Tal incremento se justifica, em parte, pela ampliação dos gastos com o Bilhete Único Estadual (+R\$ 141,15 milhões) no período. Além disso, o custeio das áreas sujeitas a índices constitucionais também contribuiu para esse aumento. No Fundo Estadual de Saúde, as despesas correntes foram ampliadas em 7,57% (+R\$ 76,44 milhões), e na Secretaria de Educação o aumento foi de 18,05%

(+R\$ 55,74 milhões). O gasto em Segurança Pública, outra área estratégica do Governo, também apresentou incremento expressivo. Quando comparados os oito primeiros meses de 2010 com o mesmo período de 2011, os gastos de custeio da Polícia Militar aumentaram em 50,19% (+R\$ 58,2 milhões). As despesas com o pagamento da primeira parcela do Programa Renda Melhor também contribuíram para a elevação dos gastos de custeio.

O Programa é parte integrante do Plano de Erradicação da Pobreza Extrema no Rio de Janeiro e tem como objetivo conceder benefício financeiro às famílias integrantes do Programa Bolsa Família, do Governo Federal. Os benefícios podem variar de R\$ 30 a R\$ 300, de acordo com a condição de vida de cada família.

As despesas de custeio cresceram 17,9% em relação a 2010, como resultado do aumento da oferta de serviços à população, em áreas estratégicas do Governo: Saúde (UPAs), Segurança (UPPs), Educação (Auxílio-Transporte), Transportes (Bilhete Único) e Assistência Social (Programa Renda Melhor).

Tabela 19
DESPESAS POR GRUPO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN- AGO 2010 / JAN-AGO 2011

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	2010	2011	VAR %
		JAN-AGO	JAN-JAGO	
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.173.178	8.006.715	11,62%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	5.178.170	5.863.982	13,24%
	1.2 - OUTROS PODERES	1.995.007	2.142.733	7,40%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.529.686	1.631.611	6,66%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.264.985	20.631.951	12,96%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	4.426.750	5.223.154	17,99%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	3.980.254	4.688.579	17,80%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	446.496	534.575	19,73%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	5.100.080	5.889.777	15,48%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	8.738.156	9.519.020	8,94%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.489.822	1.509.729	1,34%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.603.317	2.855.069	9,67%
	3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	4.645.017	5.154.221	10,96%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	2.473.958	2.082.727	-15,81%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.898.516	1.749.546	-7,85%
	4.1.1 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS	460.059	200.093	
	4.2 - OUTROS PODERES	115.384	133.088	15,34%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	34.757	141.220	306,31%
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	705.033	1.033.236	46,55%	
TOTAL GERAL		30.181.597	33.527.460	11,09%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 20/09/2011

Com relação às despesas de custeio de Outros Poderes, o acréscimo de 19,73% (tabela 19) ocorreu principalmente no âmbito do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, com gastos referentes à manutenção e reformas do Fórum da Comarca da Capital.

A despesa de investimentos do Poder Executivo vem apresentando ritmo um pouco mais lento de execução com relação a 2010. Tal fato justifica-se pela conclusão de obras importantes, que, a partir de 2011, demandam gastos maiores com sua manutenção, impactando no aumento das despesas de custeio, conforme exposto.

Nos gastos com pessoal, o incremento da despesa de ativos (+11,62%) e inativos (+15,48%) de ambos os poderes é reflexo da política de reajustes salariais do Governo, concedidos em sua maioria por meio de aumentos mensais gradativos, fato que foi destacado em edições anteriores deste boletim.

Todos esses gastos são financiados por diversas fontes de recursos. Desta forma, na tabela 20, apresenta-se a despesa do Estado sob a ótica de seu financiamento. No período Jan-Ago de 2011, 71,15% das despesas do Estado foram financiadas com recursos do Tesouro Estadual, 52,86% relativos a gastos atendidos pelas receitas provenientes de impostos.

As operações de crédito, que nos dois primeiros quadrimestres de 2010 financiaram R\$ 659 milhões, apresentaram uma redução de 44,4% no mesmo período de 2011. Tal fato se justifica pelo ingresso no orçamento de 2010 de recursos oriundos de empréstimo com o Banco Mundial (DPL – “Development Public Loan”), o qual possibilitou o financiamento de diversos investimentos no Estado do Rio.

Os gastos custeados com recursos provenientes de convênios apresentaram um incremento de 19,7% (+R\$ 113,4 milhões) em decorrência dos créditos extraordinários enviados para socorro da Região Serrana,

Tabela 20
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2010/ JAN-AGO 2011
R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO 2010	JAN-AGO 2011	VAR %
RECURSOS DO TESOUREO	21.880	23.855	9,0%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	15.753	17.722	12,5%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	857	669	-21,9%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)***	2.329	1.900	-18,4%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	224	136	-39,3%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	317	887	179,5%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	216	593	174,5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	659	366	-44,4%
FECF - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	1.449	1.474	1,7%
DEMAIS FONTES*	76	107	42,2%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	8.302	9.673	16,5%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	6.157	7.303	18,6%
CONVÊNIOS	577	691	19,7%
FUNDEB (FR 15)	1.085	1.253	15,5%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	322	267	-17,3%
DEMAIS FONTES**	160	159	-0,9%
TOTAL GERAL	30.182	33.527	11,1%

* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / ** FRS 96, 97, 98, 99

*** Em 2010 a FR 04 inclui as despesas financiadas com recursos provenientes de Marlim.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM:20/09/2011

e da transferência direta de recursos para os municípios mais atingidos, através do Programa Somando Forças.

IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁹, FECAM²⁰ e FEHIS²¹.

Segundo a Constituição Federal, nos Artigos 98 e 212 e suas regulamentações, é obrigatória a aplicação mínima de recursos nas áreas da Saúde e Educação: 12% e 25%, respectivamente, das receitas provenientes de impostos e transferências.

Já a vinculação das despesas da FAPERJ, do FECAM e do FEHIS é determinada por meio da Constituição Estadual, com bases de cálculos diferenciadas para cada uma delas. Na FAPERJ devem ser aplicados 2% das receitas provenientes de impostos e transferências, descontando-se as obrigações com saúde e educação. O FECAM precisa gastar anualmente 5% das receitas provenientes de *Royalties* e Participações Especiais em ações de preservação do meio ambiente. Por fim, o FEHIS prevê aplicação de 10% dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECF) na construção de habitações e melhoria das condições de moradia da população.

Todas essas vinculações constitucionais são verificadas ao final de cada exercício financeiro. Desta forma, o acompanhamento realizado por este boletim no decorrer de cada bimestre é apenas ilustrativo, buscando verificar as ações que vêm sendo realizadas em cada uma dessas áreas. O descompasso entre a arrecadação e o dispêndio é equalizado ao final do exercício, e justifica uma possível não aplicação dos percentuais mínimos exigidos no decorrer do ano.

A aplicação de recursos em Educação cresceu 8,55% nos dois primeiros quadrimestres de 2011 quando comparada

¹⁹ FAPERJ – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁰ FECAM – Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²¹ FEHIS – Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Tabela 21

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN-AGO 2010	JAN-AGO 2011
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	16.158.669	17.172.237
DESPESA LIQUIDADADA*	3.725.138	4.043.696
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	4.039.667	4.293.059
% ÍNDICE	23,05%	23,55%
SAÚDE		
RECEITA BASE	15.610.656	17.099.714
DESPESA LIQUIDADADA*	1.677.724	1.839.618
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.873.279	2.051.966
% ÍNDICE	10,75%	10,76%
FAPERJ		
RECEITA BASE	9.219.776	10.151.155
DESPESA LIQUIDADADA*	189.070	189.226
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	184.396	203.023
% ÍNDICE	2,05%	1,86%
FECAM**		
RECEITA BASE	4.708.550	4.740.806
DESPESA LIQUIDADADA*	118.940	112.358
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	235.428	237.040
% ÍNDICE	2,53%	2,37%
FEHIS		
RECEITA BASE	1.477.704	1.656.558
DESPESA LIQUIDADADA*	138.035	85.201
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	147.770	165.656
% ÍNDICE	9,34%	5,14%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

Posição SIG/SIAFEM: 20/09/2011

** A receita base de 2010 desconsidera os R\$460,05 milhões de receita de MARLIN

com o mesmo período de 2010 (+R\$ 318,55). Tal aumento se deve à política de valorização dos professores implantada pela Secretaria de Educação. Além do reajuste salarial promovido através da antecipação de mais uma parcela do Programa Nova Escola de 2012 para Julho de 2011, os servidores da Educação passaram ainda a receber auxílio transporte, cujo dispêndio até Agosto de 2011 chegou a R\$ 43,01 milhões. Essas medidas beneficiaram cerca de 167 mil servidores.

Na área de Saúde, as despesas também apresentaram bom crescimento com relação a 2010: 9,65% (+R\$ 161,89 milhões). No entanto, o aumento de 9,54% da receita base fez com que o incremento nos gastos não surtisse efeito sobre o índice aplicado, visto que este permaneceu constante dos quatro primeiros bimestres de 2010 para o mesmo período de 2011.

A elevação nos gastos em Saúde reflete a continuidade das ações do Estado nesta área. Neste último bimestre, foram inauguradas duas novas Unidades de Pronto Atendimento: uma em São Gonçalo e a outra em Cabo Frio, totalizando 46 unidades em todo o Estado.

A primeira recebeu investimento de R\$ 4,6 milhões e tem capacidade de atender até 500 pessoas por dia, contando com 184 profissionais. Já a segunda, que será administrada pela prefeitura de Cabo Frio, recebeu R\$ 4 milhões de investimento e poderá atender 250 pessoas diariamente.

Na FAPERJ os gastos se concentraram no financiamento de pesquisas, com acréscimo de 32,2% das despesas destinadas à compra de material e equipamentos para suporte.

Considerando os investimentos efetivamente realizados (R\$ 112,4 milhões) pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, nesse 4º bimestre verifica-se uma aplicação de apenas 2,4% dos recursos do Fundo, o que não ocorre quando se analisa a despesa comprometida (empenhada), aumentando o índice de aplicação para

3,5%, o qual está mais próximo do mínimo constitucional (5%).

Ainda que incipiente, a aplicação dos recursos do FECAM tem se concentrado na área de conservação ambiental (R\$ 93 milhões), o que corresponde a 82,8% do total aplicado no período. Destaca-se aí o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com as ações de prevenção e controle de inundações, reabilitação da Praia de Sepetiba, recuperação do sistema de drenagem da Baixada Campista, elaboração de estudos hidrológicos para a região serrana e recuperação ambiental do aterro sanitário do Morro do Céu, no município de Niterói. Esses últimos correspondem a regiões atingidas pelas fortes chuvas de Abril do ano passado.

Neste exercício de 2011, o FEHIS concentrou a aplicação de seus recursos na recuperação e melhoria de conjuntos habitacionais e em construções de novas unidades em diversos bairros do município do Rio de Janeiro, bem como em outros municípios do Estado – Nova Iguaçu, Teresópolis, Conceição de Macabu e Aperibé (R\$ 66 milhões). Além disso, foram realizadas obras emergenciais no município de Angra dos Reis (R\$ 12,4 milhões), além de despesas com indenizações por conta de desapropriações de imóveis necessárias à continuidade das obras do PAC (R\$ 5,9 milhões).

BOX 03 – TRANSPORTE

A atual gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro tem como um de seus pilares o investimento em transporte público, incluindo-se aí o transporte rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros, além do zelo pela qualidade, segurança e eficiência desses serviços.

No período de 2007 a 2010, verifica-se um crescimento anual de 20%, em média, no gasto em transporte. Contudo, a despesa prevista para 2011 é 42% superior à realizada no exercício anterior (+R\$ 496,6 milhões), sugerindo maior aplicação de recursos para este ano. Até Agosto já foram liquidados R\$ 834,95 milhões.

Função	Fonte	2007	2008	2009	2010	Até Ago / 2011	
		Despesa Realizada	Despesa Realizada	Despesa Realizada	Despesa Realizada	Dotação	Despesa Realizada
Transporte	Tesouro	101.159.509	260.757.949	492.161.725	1.042.688.942	902.939.196	640.104.908
	Outras FR	291.732.703	232.756.387	223.722.147	150.264.812	786.629.369	194.849.446
Total Geral		392.892.212	493.514.335	715.883.872	1.192.953.754	1.689.568.565	834.954.354

A expansão da despesa no último biênio decorre das seguintes ações:

EXPANSÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS

Em 2010, foram realizadas obras de adequação da estação General Osório e iniciadas obras de construção da Linha 4, que ligará a estação General Osório, em Ipanema, à estação Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca.

A previsão é de que a Linha 4 tenha seis estações, passando pelos bairros de São Conrado, Gávea, Leblon e Ipanema. A nova linha beneficiará não somente a população da Barra e do Recreio dos Bandeirantes, mas também os moradores de outras áreas da Zona Oeste que serão beneficiados com a chegada da TransOeste (via expressa para ônibus que ligará Barra e Campo Grande), e poderão fazer a integração direta com o metrô. Com a expansão até a Barra, o metrô do Rio terá capacidade para transportar mais 230 mil passageiros diariamente.

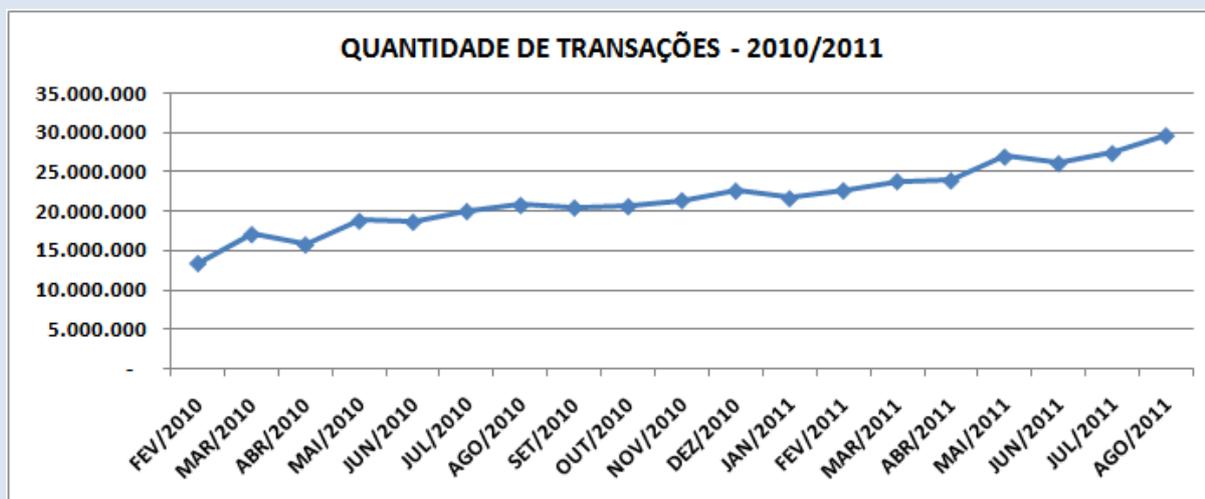
De 2010 a Agosto de 2011, o dispêndio com a expansão das linhas metroviárias totalizou R\$ 336,2 milhões, conforme demonstra tabela a seguir.

FUNÇÃO	AÇÃO	2010	Até Ago / 2011
TRANSPORTE	Implantação da Estação General Osório	70.571.204	8.625.879
	Implantação de Novas Linhas Metroviárias	105.000.000	149.651.938
	Operacionaliz e Conservação Transp Trilhos	611.490	227.178
	Reestrut e Desenv Sist Metrov e Ferrov	228.000	1.347.110
TOTAL		176.410.694	159.852.105

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE BILHETE ÚNICO

A lei 5.628 de 29 de dezembro de 2009 instituiu o Bilhete Único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, na região metropolitana do Rio de Janeiro, mas foi a partir de 1º de fevereiro de 2010 que o sistema começou a ser implantado. Esse modelo permitiu aos usuários da região o uso de diferentes meios de transporte públicos, como trens, metrô, ônibus, vans e barcas, em um intervalo de duas horas e meia (com uma única troca de transporte no período), ao custo de R\$ 4,40. O benefício vale também para quem usa apenas um transporte intermunicipal com tarifa acima de R\$ 4,40.

O gráfico abaixo apresenta o constante crescimento do número de transações, passando de 13,4 milhões para 29,6 milhões, o que significou um aumento de mais de 100% (+R\$ 120 milhões) no valor subsidiado pelo ERJ comparando-se Jan-Ago 2010/2011.



PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTES – PET

O PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTES – PET foi concebido com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de transportes urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através do desenvolvimento de um sistema integrado e da melhoria do atendimento no serviço provido pelo Sistema CENTRAL, hoje operado pela SUPERVIA Concessionária de Transporte Ferroviário S. A.

Até Agosto de 2011, o PET está sendo realizado de maneira constante e ininterrupta, com investimentos financiados por empréstimos junto ao Banco Mundial e recursos do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

O quadro a seguir demonstra a evolução dos gastos realizados no Programa Estadual de Transportes – PET.

SÉRIE HISTÓRICA DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTES - PET

INVESTIMENTOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL INVESTIDO ATÉ O MOMENTO
GERENCIAMENTO DO PET	1.577.568	1.551.947	1.451.153	1.335.601	1.968.336	2.213.889	1.865.723	3.324.252			15.288.459
GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DO PET II									2.515.350		2.515.350
REABILITAÇÃO DE TRENS	43.238.597	28.687.623	18.889.440	32.470.691	95.802.196	7.469.927	16.921.908	9.621.078	27.813		253.129.273
AQUISIÇÃO DE 20 TRENS UNIDADES ELÉTRICOS - PET I			23.063.860	50.135.650	17.070.854	74.359.598					164.629.961
AQUISIÇÃO DE 30 TRENS UNIDADES ELÉTRICOS - PET II								34.000.000	15.458.929	25.868.699	75.327.628
MELHORIA DA VIA PERMANENTE NO SISTEMA DE BONDES DE SANTA TERESA				1.832.977	4.316.803		1.597.117	6.089.825		31.000.000	44.836.721
MELHORIA DE ACESSIBILIDADE, VISIBILIDADE E ENTORNOS DAS ESTAÇÕES DO CORREDOR D. PEDRO II / DEFONORO				11.282.127	7.248.567	630.674					19.161.368
OBRA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE DUQUE DE CAXIAS					9.066.518		24.234.569	4.340.242			37.641.329
ENGENHO DE DENTRO - ACESSO DO ESTÁDIO JOÃO HAVELANGE.						5.047.482					5.047.482
FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO INTEGRADO DE TRÁFEGO.									928.484		928.484
CONSTRUÇÃO DO CORREDOR METROPOLITANO DA ALAMEDA SÃO BOAVENTURA E AV FELI CIANO SODRÉ - NITERÓI									1.130.635		1.130.635
TOTAL GERAL	44.816.155	30.239.571	43.404.453	97.057.046	135.473.273	89.721.570	44.619.317	57.375.397	20.061.211	56.868.699	619.636.692

Em Agosto de 2011, foi entregue o primeiro dos 34 trens comprados na China pelo Governo do Estado, com capacidade para até 1.300 pessoas. Os testes operacionais com a composição serão iniciados em Setembro. A previsão é de que em Dezembro de 2011 este trem já esteja operando com passageiros nos ramais da SuperVia. O consórcio chinês responsável pela fabricação já conta com outros trens prontos para serem entregues: estes serão embarcados em lotes de 3 e 4, com intervalos médios de um mês entre cada lote.

Ainda este ano a Secretaria Estadual de Transportes dará início a um novo processo de licitação para a compra de mais 60 novos trens para o sistema ferroviário do Grande Rio.

BOX 04 – RIOPREVIDÊNCIA

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA) foi instituído pela Lei Estadual n.º 23.189/99 como uma Autarquia Pública, sendo dotado de personalidade jurídica de direito público, com a finalidade de gerir os ativos financeiros, visando o pagamento dos proventos, pensões e outros benefícios previdenciários dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro.

A Lei Estadual n.º 95.109/07, que extinguiu o Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro (IPERJ) transferiu para o RIOPREVIDÊNCIA a competência para a habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários, bem como incorporou seus Ativos e Passivos (direitos e obrigações) à nova Autarquia.

RECEITAS

Para custear as obrigações do RIOPREVIDÊNCIA, são destinadas ao órgão as receitas provenientes de *royalties* e participação especial da exploração de petróleo e gás natural (exceto aquelas destinadas a obrigações constitucionais e legais – Transferências aos Municípios, FECAM e PASEP). Além disso, as despesas são financiadas por meio de recursos provenientes da alienação de ativos (bens móveis e imóveis) e de recursos, diretamente arrecadados, da contribuição patronal do servidor ativo civil e militar. Tais receitas, no período 2007-Ago 2011, estão demonstradas na tabela abaixo.

**EVOLUÇÃO DA RECEITA 2007 A AGOSTO/2011
RIOPREVIDÊNCIA**

FONTE DETALHADA	RECEITA REALIZADA				
	12/2007	12/2008	12/2009	12/2010	08/2011
ALIENACAO DE ATIVOS - BENS MOVEIS E IMOVEIS	54.667	-	-	803.711	247.098.500
DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.823.053.410	3.563.024.998	4.310.146.560	4.468.944.826	3.631.731.759
DIVERSAS-INDIRETA	68.973	189.798	-	-	-
FUNDO DE DESENV.ECONOMICO E SOCIAL - FUNDES	-	-	87.388.329	86.026.506	113.371.036
RIOPREVIDENCIA - DIVIDA ATIVA	1.878.355	2.571.212	2.169.834	22.459.544	2.271.728
RIOPREVIDENCIA-ROYALTIES DA EXPL. DO PETROLEO	2.131.977.874	4.301.548.203	1.994.414.492	3.503.822.401	2.937.942.313
TOTAL GERAL	5.957.033.278	7.867.334.210	6.394.119.215	8.082.056.988	6.932.415.336

Posição SIG/SIAFEM: 20/09/2011

Pode-se observar que, de 2008 a 2009, o total arrecadado pela Autarquia sofreu um decréscimo de 18,7% devido à forte queda nas receitas de petróleo (-R\$ 2,30 bilhões). Tal impacto foi amortecido pelo superávit financeiro de R\$ 1,34 bilhão gerado em 2008.

Verifica-se, assim, que a decisão de vincular as receitas de *royalties* e participações especiais ao RIOPREVIDÊNCIA gera maior estabilidade ao pagamento dos Inativos e Pensionistas do Estado, evitando, na maioria das vezes, o aporte de outros recursos do tesouro estadual ao Fundo Previdenciário, pois, quando o mercado internacional do petróleo está em alta, o Fundo acumula recursos, e, quando em baixa, utiliza esse montante acumulado para dar continuidade ao pagamento de suas obrigações.

O total arrecadado pelo RIOPREVIDÊNCIA até Agosto de 2011 foi de R\$ 6,932 bilhões, 33,3% superior à arrecadação do mesmo período de 2010 (R\$ 5,201 bilhões).

1234 - RIOPREVIDÊNCIA					
ACUMULADO ATÉ AGOSTO					
PREV. INICIAL			REC. REALIZADA		
2010	2011	%	2010	2011	%
7.224.539.205	8.047.149.508	11,4%	5.201.865.140	6.932.415.336	33,3%

DESPESAS

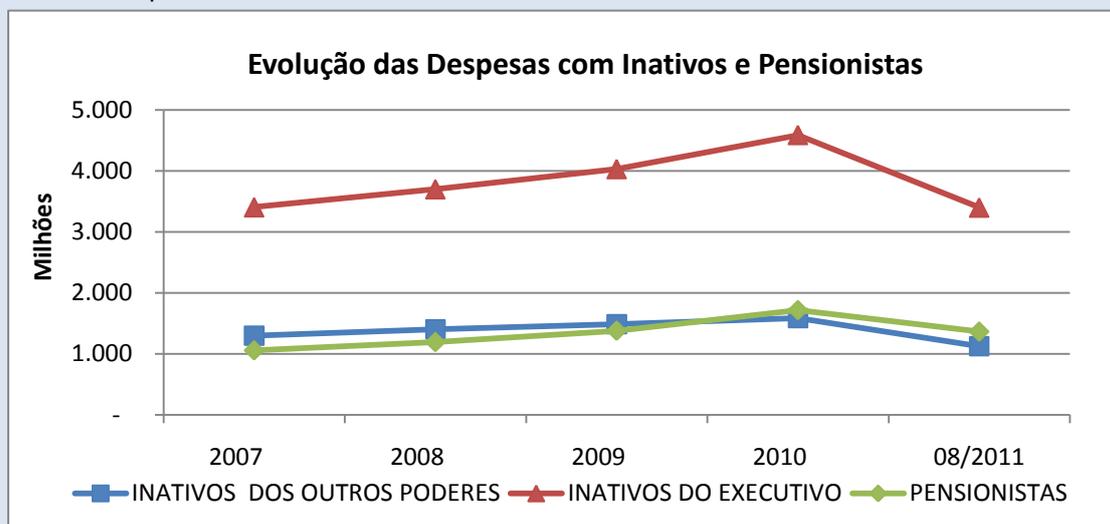
Avaliando a evolução da despesa, observa-se um crescimento de 40,4% entre 2007 e o previsto para 2011, em função do aumento do valor dos benefícios previdenciários em decorrência dos planos de cargos e salários aprovados neste Governo, cujos reajustes são extensivos aos aposentados e pensionistas.

FUNDO ÚNICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO RJ - RIOPREVIDÊNCIA
EVOLUÇÃO DA DESPESA

TÍTULO DA AÇÃO	DESP. LIQUIDADADA				DOT ATUAL	DESP. LIQUIDADADA
	2007	2008	2009	2010	08/2011	08/2011
Pessoal e Encargos Sociais-Rioprevidência	5.335.488	20.528.321	20.280.608	27.736.387	31.761.268	18.450.366
Encargos com Inativos e pensionistas	5.840.217.118	6.293.740.105	6.896.609.655	7.893.432.174	7.970.071.512	5.889.777.195
Despesas Obrigatórias	233.624.060	372.063.665	270.017.460	79.207.841	86.161.238	10.666.988
Demais despesas do Rioprevidência	10.061.205	10.291.631	18.722.083	39.838.580	40.736.087	10.000.822
Recomposição da Conta B	-	234.692.003	215.519.637	99.300.130	423.689.813	216.100.638
TOTAL GERAL	6.089.237.872	6.931.315.724	7.421.149.443	8.139.515.112	8.552.419.918	6.144.996.009

Nos dois primeiros quadrimestres de 2011, a despesa executada (R\$ 6,14 bilhões) correspondeu a 71,9% da dotação prevista para o exercício (R\$ 8,55 bilhões), que já inclui a suplementação de R\$ 505,27 milhões provenientes do Superávit Financeiro de 2010 para reforço de dotação consignada ao orçamento em vigor.

O gráfico abaixo demonstra os gastos com Inativos do Poder Executivo e Outros Poderes, bem como Pensionistas. A política de revisão de pensões levou os gastos com pensionistas a superar os gastos com os inativos dos outros poderes em 2010.





O total de beneficiários do RIOPREVIDÊNCIA está demonstrado no quadro abaixo. Até Agosto de 2011 estavam devidamente cadastrados 233.747 favorecidos, dos quais 59,8% são aposentados e 40,2% pensionistas.

BENEFICIÁRIOS PREVIDENCIÁRIOS/2011				
DISCRIMINAÇÃO	JULHO		AGOSTO	
	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	QUANTIDADE	VALOR MENSAL
APOSENTADOS	139.127	541.411.758	139.739	545.247.984
PENSIONISTAS	93.688	169.162.193	94.008	173.245.374
TOTAL	232.815	710.573.952	233.747	718.493.358

Para melhor atender seus beneficiários, o RIOPREVIDÊNCIA inaugurou uma Unidade Móvel que visa facilitar o acesso aos serviços da Autarquia. No RIOPREVIDÊNCIA MÓVEL é possível conceder pensão em tempo real e simular a aposentadoria dos servidores. No bimestre JUL-AGO 2011, foram atendidos os usuários dos municípios de Cabo Frio e Angra dos Reis.

V – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

Conforme explicado na última edição do boletim, a Cota Financeira de cada Unidade Gestora (UG), em consonância com o orçamento, é determinada para o exercício e, ao longo do ano, os valores vão sendo liberados aos órgãos.

No Gráfico 1, é possível observar que, até o 3º bimestre de 2011, a Cota Financeira não sofreu grandes alterações. Contudo, como as despesas estão condicionadas a previsão de entrada de recursos, a venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ) e o crescimento do ICMS, que foram classificados como superávit de receita, motivaram a ampliação da liberação da cota financeira abarcada pelas fontes de recurso do Tesouro, nesse 4º Bimestre de 2011 (elevação de R\$ 5,18 bilhões para R\$ 6,22 bilhões).

Até Agosto do corrente ano, os órgãos concentraram a execução orçamentária das despesas na cota financeira suportada pelas FR Tesouro. Tal afirmação pode ser constatada quando se observa os dados disponibilizados na Tabela 22. Na análise destes, percebe-se o desequilíbrio dos gastos pertinentes à parcela da cota arcada com as FR Tesouro em relação às Demais FR. A concentração citada desses recursos pode ser vista em todas as fases da despesa, a saber: (i) no empenho, a FR do Tesouro foi superior às Demais Fontes em 85,48%; (ii) na liquidação o percentual atinge 162,54%; (iii) na emissão da Programação de Desembolso é 145,11% maior; e (iv) no momento do pagamento 135,27%.

Quanto à utilização dos Recursos do Tesouro, permanece a celeridade nas áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança), no 4º bimestre de 2011. Essas áreas utilizaram, aproximadamente, 100% da Cota Financeira liberada, e, por sua vez, o Tesouro honrou, em média, 95% das Programações de Desembolso emitidas pelas

Gráfico 1

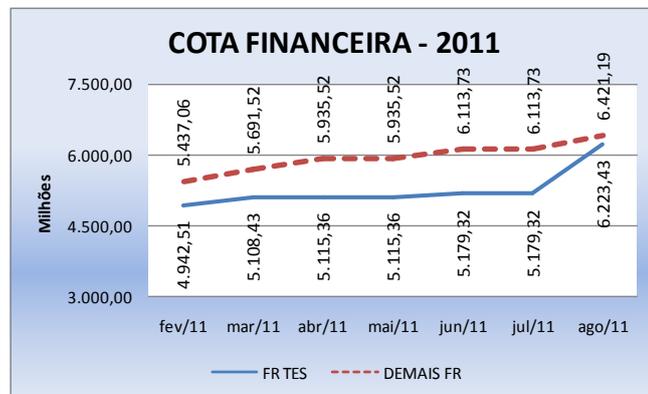


Tabela 22

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2011

FR	R\$ Milhões				
	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	4.544,88	3.573,21	3.320,14	3.277,68	3.012,40
FR - Outras	2.450,39	1.360,99	2.092,24	1.337,21	1.280,39
Total geral	6.995,27	4.934,19	5.412,38	4.614,89	4.292,79

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs.: Posição acumulada até Ago/2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	79%	108%	92%	99%	92%
FR - Outras	56%	65%	98%	64%	96%
Total geral	71%	91%	94%	85%	93%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs.: Posição acumulada até Ago/2011

Tabela 23

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2011 POR ÁREAS FR TESOURO

FR	R\$ MILHÕES				
	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	372,66	280,44	268,25	267,77	260,54
SAÚDE	1.186,88	984,08	889,08	888,99	841,02
SEGURANÇA	367,71	300,03	284,69	282,63	263,74
DEMAIS ÁREAS	2.617,64	2.008,65	1.878,12	1.838,29	1.647,09
TOTAL GERAL	4.544,88	3.573,21	3.320,14	3.277,68	3.012,40

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs.: Posição acumulada até agosto/2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	75,25%	104,55%	95,48%	99,82%	97,30%
SAÚDE	82,91%	110,69%	90,34%	99,99%	94,60%
SEGURANÇA	81,60%	105,39%	94,20%	99,28%	93,32%
DEMAIS ÁREAS	76,74%	106,95%	91,52%	97,88%	89,60%
TOTAL GERAL	78,62%	107,62%	91,73%	98,72%	91,91%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs.: Posição acumulada até agosto/2011

mesmas. Outro ponto que merece destaque é o fato dos órgãos das áreas prioritárias alcançarem elevado índice de liquidação das suas despesas, tão elevado ao ponto de superar o montante da Cota Financeira liberada para essas áreas.

Cabe ressaltar, ainda, que do montante de R\$ 3,32 bilhões da Cota Financeira liberada até esse bimestre, em FR do Tesouro, cerca de R\$ 3,01 bilhões foram adimplidos pelo Tesouro Estadual. Note-se que somente R\$ 265,28 milhões ficaram pendentes, ou seja, menos de 10%.

V.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual, nesse bimestre, foi mais célere em seus pagamentos, praticando o prazo médio de 22 dias para as áreas prioritárias, e 25 dias para as áreas não prioritárias. Essa celeridade pode ser evidenciada se comparada com o prazo adotado no 3º bimestre, de 25 dias para as áreas prioritárias, e 26 para as não prioritárias.

O Tesouro Estadual, nesse bimestre, saldou cerca de 5 (cinco) mil PD's em até 30 dias (53,18%), sendo que apenas 235 PD's que consolidam um montante de R\$ 13,92 milhões foram honradas em período superior a 40 dias. Deve-se ressaltar que essa pequena quantidade de programações de desembolso representa 5,97% do total de documentos adimplidos, no 4º bimestre.

Gráfico 2

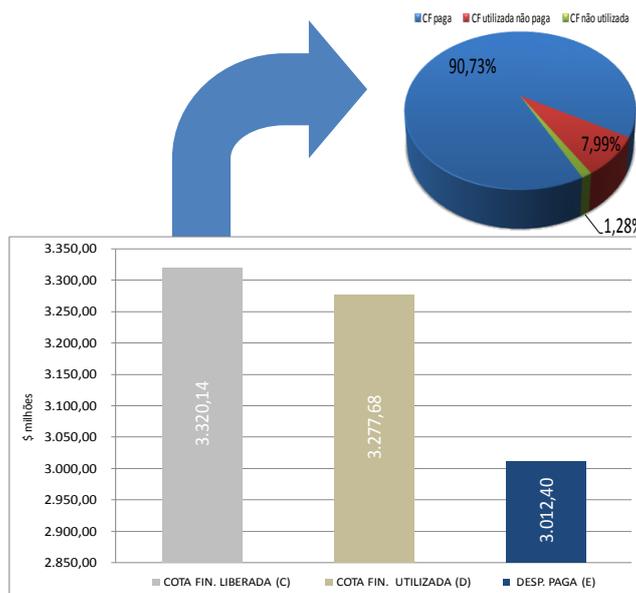


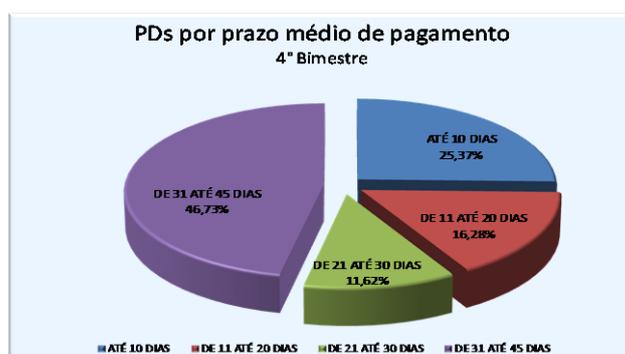
Tabela 24

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
4º BIMESTRE DE 2011

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	22
NÃO PRIORITÁRIAS	25
MÉDIA GERAL	23

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 3



V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Banco Central reduziu a taxa SELIC em 0.50 pontos percentuais, na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), que ocorreu no final de Agosto de 2011, interrompendo, assim, o ciclo de cinco altas consecutivas, passando a vigorar a taxa SELIC de 12,00% ao ano. O rompimento do ciclo pode ter sido motivado pela expectativa de queda da inflação para o final de 2011 e pela deterioração do cenário internacional. Essa queda reduz o rendimento das aplicações do Tesouro Estadual. Todavia, o mesmo só será sentido no próximo bimestre.

No quarto bimestre de 2011, os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho, obtendo, em média, 99,43% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos). No entanto, apesar da boa performance, nesse bimestre a rentabilidade dos fundos apresentou queda de 6,96% em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, que foi de 9,74%.

Desde o início do ano, a taxa SELIC passou por um aumento de 1,50 pontos percentuais. Tal aumento ajudou a compensar um saldo médio do Tesouro menor e colaborou diretamente com o incremento da receita financeira do Tesouro Estadual ao longo do ano de 2011, que apresentou um crescimento nominal de 10,75% até Agosto, quando comparado com o ano anterior.

V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de Janeiro a Setembro de 2011, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 141,38 milhões para quitar despesas com serviços públicos essenciais

Gráfico 4

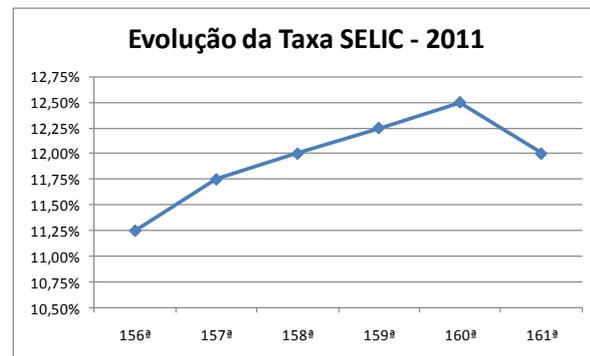


Gráfico 5

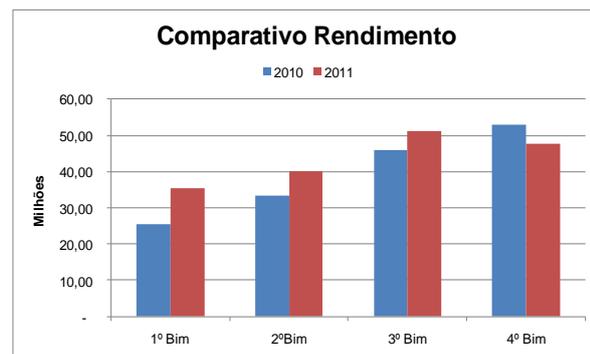
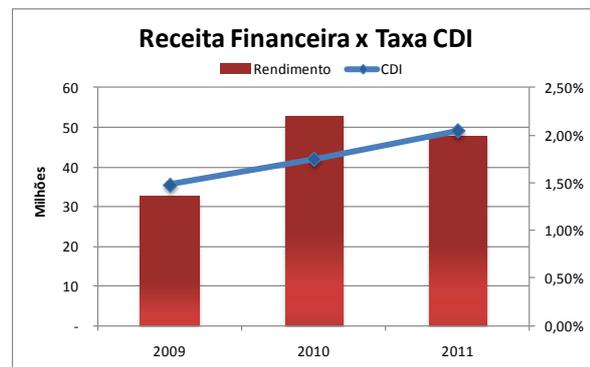


Gráfico 6



prestados aos órgãos e entidades estaduais. Comparando-se com o exercício anterior, percebe-se que esse montante superou em 29,20% o desembolso efetuado no mesmo período em 2010. Este acréscimo decorre, principalmente, da maior celeridade na execução orçamentária das despesas com transmissão de dados.

O Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC²², criado com a finalidade de concentrar a execução orçamentária e financeira em uma unidade gestora, atualmente efetua os registros contábeis de mais de 75% das obrigações com serviços públicos honradas com Fontes de Recursos do Tesouro. Ressalte-se que o SIPC abarca as despesas de 17 concessionárias de serviços essenciais, incluindo as principais, a saber: Light, Ampla, Telemar, CEDAE e Intelig.

No período de Janeiro a Setembro de 2011, o SIPC registrou a soma de R\$ 140,92 milhões, tendo sido adimplido deste montante R\$ 116,39 milhões. O percentual de adimplemento de 82,59%, verificado até o momento, se manteve no mesmo patamar que o obtido até o terceiro bimestre.

Cabe destacar que, com a inclusão no início do ano do faturamento da CEDAE na sistemática de pagamento por meio do SIPC, alguns órgãos ainda estão realizando ajustes nos procedimentos necessários para descentralização. Cite-se nesta situação a Secretaria de Educação, que possui faturas vencidas de Abril a Agosto de 2011 totalizando R\$ 12,72 milhões, pois o órgão ainda não descentralizou orçamento para quitar suas obrigações com a CEDAE.

Não obstante as pendências referentes às faturas da CEDAE, a descentralização continua eficiente no tocante a outras concessionárias. Observando-se as despesas registradas para Ampla e para Light, foram adimplidos 99,28% e 89,16%, respectivamente.

²² O SIPC foi criado por meio do Decreto nº 35.670/2004.

Quanto à evolução da execução orçamentária das despesas abarcadas pelo SIPC, os órgãos empenharam 85,84% do valor faturado até Agosto de 2011. Este resultado sinaliza que algum órgão encontra-se com necessidade de celeridade nos ajustes orçamentário/financeiro devido à proximidade do final do ano, a fim de evitar o acúmulo de dívidas para exercícios futuros.

Tabela 25

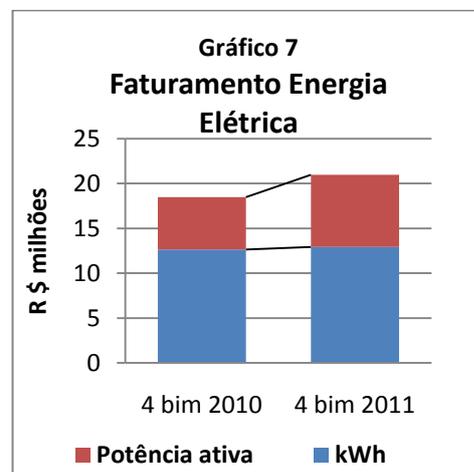
R\$ mil

SIPC - Acompanhamento Execução Orçamentária 2011					
Órgãos	Faturado	Empenhado	Liquidado	Pago	% emp x fat
LIGHT	59.918	56.131	54.333	53.423	93,68%
AMPLA	33.979	34.729	33.735	33.735	102,21%
CEDAE	25.536	10.784	10.784	10.784	42,23%
TELEMAR	9.829	8.218	8.218	8.218	83,61%
AGUAS DE NITEROI S/A	4.243	4.129	3.858	3.858	97,30%
AGUAS DO PARAIBA S/A	2.958	2.646	2.646	2.646	89,44%
OUTROS	4.454	4.319	3.810	3.724	96,98%
TOTAL	140.918	120.957	117.384	116.387	85,84%

V.4.1 Características de Consumo

No que tange ao fornecimento de energia elétrica (Light e Ampla), ao se comparar o faturamento do quarto bimestre de 2011 com o mesmo período do exercício anterior, constata-se um aumento de 14,35%. Destaque-se que os gastos da Secretaria de Educação contribuíram em grande parte para este aumento, cerca de 9%, devido ao crescimento na demanda de alta tensão das escolas que já foram climatizadas²³. Em relação ao consumo em kWh não houve variação significativa.

Para instalação com consumo na classe “Alta Tensão”, o faturamento inclui, além da energia em kWh, o consumo de potência ativa em kW. Pontue-se que a concessionária disponibiliza a demanda de potência ativa para unidade, e o custo desta energia baseia-se nos parâmetros definidos



²³ O projeto de climatização inclui a instalação de aparelhos de ar condicionado nas unidades escolares.

nos contratos firmados para cada instalação²⁴. Torna-se imperioso destacar a relevância do acompanhamento das despesas com esta forma de energia, tendo em vista que, além dos riscos técnicos do uso indevido de energia, existe uma penalização na tarifação se houver consumo além do valor contratado.

O estudo do faturamento da demanda de alta tensão demonstra que, em 2011, os gastos com potência ativa totalizaram R\$ 37,75 milhões, sendo R\$ 27,78 milhões de demanda contratada e R\$ 9,97 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de telefonia, fixa e móvel, com a contratação das operadoras Intelig e TIM, após a licitação realizada em Dezembro de 2010, os telefones estão sendo migrados para nova rede. Ressalte-se que as duas concessionárias contratadas aderiram ao SIPC, e estão incluindo as despesas dos órgãos na sistemática gradativamente. Especificamente em relação à telefonia móvel, para a qual a migração está completa, o SIPC recebe atualmente as faturas de 49 órgãos. No que tange à telefonia fixa, devido à complexidade técnica para transição, a Telemar ainda está responsável por parte dos serviços, e, até o presente momento, foram adimplidas 84,15% das obrigações com a Telemar, ou seja, R\$ 8,27 milhões.

Quanto ao consumo de água tratada, as informações técnicas enviadas mensalmente pelas concessionárias, discriminadas por instalação, possibilitam maior exatidão na conciliação e ainda a elaboração de estudos mais abrangentes sobre os gastos com estes serviços. Neste sentido, para completar o trabalho, foi fundamental a adesão da CEDAE ao SIPC, pois a companhia atende mais de 80% dos órgãos e entidades do Estado do Rio de Janeiro. Os procedimentos de atualização e validação do cadastro estão evoluindo: atualmente 28 órgãos e entidades, de um total de 50, estão incluídos na sistemática de pagamento centralizado.

²⁴ Contrato firmado entre o órgão responsável pela instalação e a concessionária de energia elétrica.

V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/ Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são Maio e Novembro. Portanto, não houve pagamento no quarto bimestre de 2011.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

No 4º bimestre de 2011, foram aplicados pelo Tesouro Estadual aproximadamente R\$ 10,65 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado.

Os pagamentos realizados nos meses de Julho e Agosto abarcaram 11 acordos do Estado. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 66,09% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 33,91% nas obrigações de natureza comum.

Salienta-se que, em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 42.315 de 25 de fevereiro de 2010, consoante as disposições da Emenda Constitucional nº 62, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Assim, até este bimestre, segundo informações do Tribunal de Justiça, do montante de R\$ 175,16 milhões transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro ao Tribunal de Justiça em Dezembro de 2010, foram utilizados para

Gráfico 8

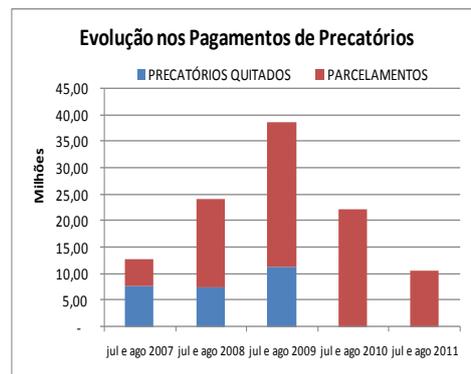


Gráfico 9

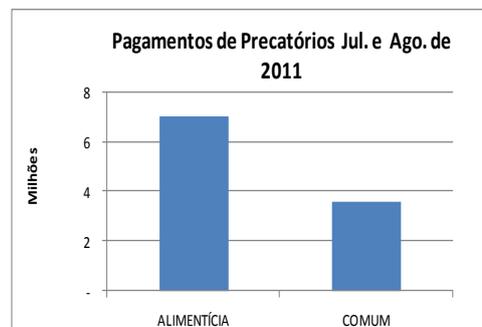


Tabela 26

PAGAMENTOS DE RPV - 2011		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	61	322.618,33
AGOSTO	100	512.018,67
Total	161	834.637,00

pagamentos de precatórios R\$ 47,16 milhões, referentes às preferências previstas no §2º do art.100 da Constituição Federal.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 4º bimestre deste ano, foram pagas 161 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 834,63 mil.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), essas requisições de pagamento judicial possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º do art. 100, da Constituição Federal²⁵.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, no 4º bimestre de 2011, o montante de R\$ 11,48 milhões.

Diante da nova sistemática introduzida pela EC nº 62/2009, o pagamento de novos precatórios serão realizados, diretamente, pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro.

Assim, atualmente, apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios e as requisições judiciais de pequeno valor estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda.

²⁵ O §3º do art. 100 da Constituição Federal afirma o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”

V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 654,40 milhões com o serviço da dívida²⁶ no 4º bimestre de 2011, valor 3,52% superior ao pago no bimestre anterior. Essa variação foi influenciada pelo aumento do serviço da dívida extralimite, que foi 34,77% maior que a do 3º bimestre, visto que ocorreram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa.

No 4º bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 599,32 milhões, resultando, assim, na incorporação de resíduo de R\$ 2,43 milhões pela aplicação do teto de 13% da RLR.

O pagamento da dívida da administração indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual²⁷, teve um acréscimo de 6,30% em relação ao bimestre anterior, totalizando nos meses de Julho e Agosto R\$ 391,11 mil. Esse montante representa, apenas, 0,06% do montante pago no período.

Gráfico 9

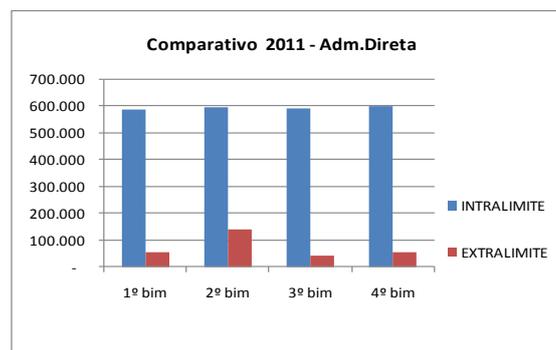


Tabela 27

R\$ mil

Dispendio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	3º bim 2011			4º bim 2011			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	235.151	396.609	631.760	254.757	399.261	654.018	3,52%
INTRALIMITE	208.373	382.804	591.177	219.931	379.392	599.323	1,38%
EXTRALIMITE	26.778	13.805	40.583	34.827	19.869	54.695	34,77%
INTERNA	26.778	13.805	40.583	27.831	15.685	43.515	7,23%
EXTERNA	-	0	0	6.996	4.184	11.180	-
ADM. INDIRETA HONRADA	294	74	368	315	76	391	6,30%
TOTAL	235.445	396.683	632.128	255.072	399.337	654.409	3,52%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	220.707	382.804	603.510	222.370	379.392	601.762	-0,29%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	208.373	382.804	591.177	219.931	379.392	599.323	1,38%
Diferença incorporada no resíduo	12.333,7	-	12.334	2.439	-	2.439	-80,22%

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

²⁶ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁷ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Nos meses de Julho e Agosto deste ano, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 59,20 bilhões, valor 0,03% menor que o bimestre anterior, explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI²⁸.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,19% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,89 bilhão, ou seja, 3,76% superior ao 3º bimestre de 2011, devido ao impacto da desvalorização do real frente ao dólar²⁹.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, apresentou pequena variação em relação ao 3º bimestre de 2011. A relação caiu de 2,07 para 2,04³⁰.

Gráfico 10

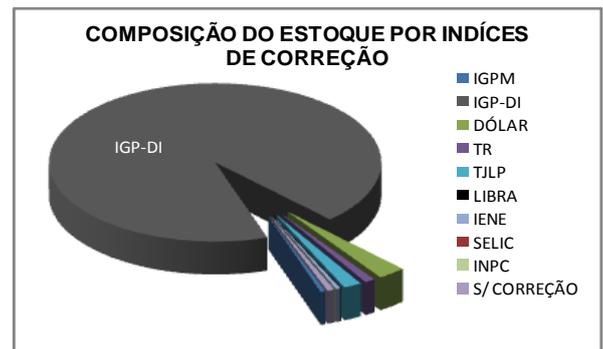


Tabela 28

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2011			
	3º Bimestre	4º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	59.218.974,31	59.202.851,36	-0,03%
INTERNA	57.356.152,03	57.271.553,27	-0,15%
Dívida com a União	57.356.152,03	57.271.553,27	-0,15%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.817.396,63	1.885.688,18	3,76%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.814.990,85	1.883.237,48	3,76%
Mobiliária	2.405,78	2.450,70	1,87%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	45.425,65	45.609,92	0,41%
DÍVIDA FINANCEIRA	59.218.974,31	59.202.851,36	-0,03%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	28.552.905,82	29.082.993,41	1,86%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,07	2,04	-1,85%

Valores a preços correntes

²⁸ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 92,78% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram uma queda de 0,56% e de 0,48%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados, prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 4º bimestre fechou em -0,18% (IGP-DI de jun/11 e jul/11) e nos últimos 12 meses (de ago/10 a jul/11) em 8,36%.

²⁹ A cotação do dólar (venda) do dia 31/08/2011 foi de 1,5872; e a do dia 30/06/2011, de 1,5611.

³⁰ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,51.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 97,69% do estoque. Desse montante 96,67% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6%. Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até Outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo³¹, que representam 5,44% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,12% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³². Nos dez exercícios seguintes, os vencimentos permaneceram estáveis, dado que houve a substituição do pagamento, limitado a 13% da RLR, pela aplicação do Sistema Price de amortização. Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 4,25%.

O prazo médio de amortização³³ e o prazo médio de repactuação³⁴ atingiram 12 anos e 11,44 anos, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 91,48 milhões de receita oriunda de operações de créditos, no 4º bimestre de 2011. Desse montante, R\$ 9,04 milhões foram destinados ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES); R\$ 28,46 milhões, ao Programa de Apoio de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$ 23,25 milhões, ao Programa Saneamento para todos do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$

³¹ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

³² Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2011 a 2013, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicada uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

³³ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

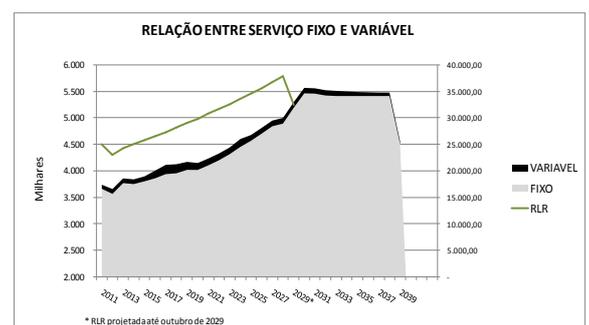
³⁴ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Tabela 29

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS

R\$ Mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	317.899	0,55%	0,54%
2,1 - 4	329.583	0,57%	0,56%
4,1 - 6	55.912.574	96,67%	94,44%
acima de 6,1	1.276.790	2,21%	2,16%
Subtotal	57.836.846	100,00%	97,69%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	874.524	64,02%	1,48%
4,1 - 6	491.481	35,98%	0,83%
Subtotal	1.366.005	100,00%	2,31%
Total	59.202.851		100,00%

Gráfico 10



26,07³⁵ milhões, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do Banco Mundial); e R\$ 4,65 milhões, ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J (recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Cabe informar que foram assinados nos meses de Julho e Agosto, os seguintes contratos:

- (i) operação de crédito, assinada em 29/07/2011, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/ PROCOPA, referente à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho – Maracanã, no valor de R\$ 400 milhões;
- (ii) operação de crédito externo, firmado no dia 08/08/2011, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no montante de US\$ 112 milhões, referente ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR;
- (iii) operação de crédito externo, celebrada no dia 09/08/2011, junto ao Banco Mundial – BIRD, no valor de US\$ 485 milhões, referente ao Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS.

³⁵ Incluindo o valor da internalização da compra de um trem elétrico no valor de R\$ 16,5 milhões que ocorreu no bimestre anterior, mas foi contabilizada em Julho.

Tabela 30
**Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal
Ente: Estado do Rio de Janeiro**

Data: 31.08.2011

Valores em R\$ mil

	2011		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	175.452,60	1.468.500,02	2.865.552,03
Operações contratadas com o SFN	135.776,04	500.038,34	1.548.381,75
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	9.462,77	12.153,14	12.153,14
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	100,00	927,32	927,32
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	23.251,74	26.743,18	534.748,26
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	19.885,64	112.671,07	112.671,07
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	-	0,00	0,00
6. BNDES PMAE II	1.216,47	7.176,52	7.176,52
7. CAIXA PAC	81.859,42	221.567,11	221.567,11
8. VIALIGHT - CAIXA		-	259.138,33
9.MARACANÃ COPA 2014 - BNDES		118.800,00	400.000,00
Demais	39.676,56	968.461,69	1.317.170,28
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	27.221,81	132.695,01	265.226,21
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	6.317,74	9.919,71	51.702,75
3. BID - PROFAZ (profisco)	6.059,06	7.280,24	23.119,23
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	77,96	8.229,18	29.563,69
5. BID PRODETUR	-	40.545,55	177.766,40
6. BIRD DPL II_PROHDUMS	-	769.792,00	769.792,00
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	65.831,33	132.800,00
1. SAUDE/HRB	-	65.831,33	132.800,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	3.836.391,54	6.316.318,48
Total	175.452,60	5.370.722,89	9.314.670,51

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ago/2011

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.

V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁶

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 4º bimestre de 2011 com 622 Convênios de Despesa e 432 Convênios de Receita vigentes³⁷.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa

³⁶ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

³⁷ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa – São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Saliencia-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

Somando Forças³⁸; já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³⁹ – engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 233 convênios, beneficiando 82 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 719,06 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, e principalmente nas obras de infraestrutura. Neste 4º bimestre, foram empenhados aproximadamente R\$ 36,62 milhões, liquidados R\$ 36,38 milhões e pagos R\$ 35,60 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 389 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 138,87 milhões, liquidados R\$ 126,94 milhões e pagos R\$ 131,78 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 4º bimestre de 2011, o total de 75 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,53 bilhões⁴⁰. Dessa importância, R\$ 1,53 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 1 bilhão é oriundo do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 4º bimestre de 2011 foram repassados em torno de R\$ 1,14 bilhão, sendo destinados 75,59% à área de Habitação e cerca de 24,41% à área de Saneamento.

As Secretarias de Estado de Fazenda, da Casa Civil, de Obras, de Assistência Social e de Direitos Humanos, por intermédio da Escola Fazendária, realizarão o I Seminário

³⁸ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

³⁹ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴⁰ Valor original desconsiderando os aditivos.

de Convênios para os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que será destinado especificamente aos servidores, gerentes e ordenadores das Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro que tratam direta ou indiretamente da área de convênios, tanto na execução (convenientes) como na celebração (concedentes).

O evento será realizado em três turmas com dois dias cada. A primeira turma terá aulas nos dias 27 e 28 de setembro, a segunda nos dias 18 e 19 de outubro e a terceira nos dias 22 e 23 de novembro. O principal objetivo é reduzir significativamente os problemas verificados nas prestações de contas que muitas vezes inviabilizam ou dificultam a captação de novos recursos.

V.9. Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças

Após o decurso de 1 (um) ano e meio de dedicação para implantação e maturação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN), em 18 de março de 2011, foi recomendada pela empresa de auditoria Bureau Veritas para obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008⁴¹.

Para a manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade foram desenvolvidas algumas ferramentas, tais como: formulário de registro de não-conformidade; ações corretivas e preventivas; indicadores de desempenho e reunião de análise crítica da alta direção.

⁴¹ ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization*), com sede em Genebra, Suíça, que cuida da normalização (ou normatização) em nível mundial e cria normas nos mais diferentes segmentos. A sigla ficou popularizada pela série 9000, ou seja, as normas que tratam de Sistemas para Gestão e Garantia da Qualidade nas empresas/órgãos. Em Dezembro de 2000, a série 9000 foi totalmente revisada; além das alterações em sua estrutura, agora há apenas uma norma sujeita à certificação, a ISO 9001, que trouxe o enfoque de gerenciamento de processos. Esta norma foi desenvolvida utilizando-se um conjunto de oito princípios de gestão da qualidade, a saber: (i) foco no cliente; (ii) liderança; (iii) envolvimento das pessoas; (iv) abordagem por processos; (v) abordagem por sistema de gestão; (vi) melhoria contínua; (vii) abordagem factual para a tomada de decisão; (viii) relações de parceria com fornecedores.

Além dos métodos acima citados, a Subsecretaria de Finanças realizou em Julho/Agosto de 2011, o ciclo de auditoria interna, objetivando a continuidade do SGQ e, ainda, a sua melhoria contínua. Neste ciclo, todos os macroprocessos, assim como o Sistema de Gestão da Qualidade, foram auditados.

Assim, a partir do resultado dessa auditoria, os servidores refletem sobre os procedimentos atualmente implantados e analisam a possibilidade de aprimorar o desempenho das suas atividades.

Todo esse empenho da SUBFIN tem como finalidade a conservação do padrão de qualidade obtido ao longo do processo de certificação, o qual será avaliado na próxima auditoria externa, que deverá ocorrer em Março/2012, com o foco na manutenção do certificado da norma NBR ISO 9001:2008.